



DIRECTOR
HENRIQUE GALVÃO
 ADMINISTRADOR E EDITOR
 ANTÓNIO PEDRO MURALHA

SEDE
 RUA DA CONCEIÇÃO, 35, 1.º
 Endereço Telegráfico
 «MINERVA»
 TEL. 2 4253
 Propriedade da Empresa
PORTUGAL COLONIAL

PREÇO AVULSO
 Metrópole..... 3\$00
 Colónias..... 4\$00
 (ASSINATURAS)
 Metrópole (6 meses)... 18\$00
 Colónias (6 meses)... 24\$00

COMPOSTO E IMPRESSO
 OTTOSGRAFICA LIMITADA
 Conde Barão, 50 — LISBOA
 Visado pela Comissão de Censura

SUMÁRIO

UMA CARTA MENSAL DE PORTUGAL PARA AS COLÓNIAS..	<i>Dr. Agostinho de Campos.</i> Professor, escritor e jornalista
INTERCÂMBIO COMERCIAL ENTRE A METRÓPOLE E ANGOLA	<i>Francisco Xavier de Castro</i>
COLONIZAÇÃO E DESEMPREGO — CONCEITOS ANTAGÓNICOS	***
A ESTABILIDADE MINISTERIAL NA PASTA DAS COLÓNIAS..	***
PÁGINA LITERÁRIA — HERÓI DERRADEIRO	<i>Joaquim Paço d'Arcos.</i>
GUERRA AOS MOSQUITOS	***
CONDIÇÕES FLORESTAIS DA COLÓNIA.....	<i>Júlio Gardé Alvaro Cardoso.</i> Engenheiro Sivecultor e Agrónomo
DA IMPRENSA COLONIAL TRANSCREVE-SE	<i>A. L. e Brigadeiro João de Almeida.</i>
CRÓNICA DO MÊS	<i>H. G.</i>
NOTAS DO MÊS	***
INFORMAÇÕES, ETC	***
LIVROS E PUBLICAÇÕES	***
ESTATÍSTICA	***

Uma carta mensal

de Portugal para as Colónias

Pelo dr.
Agostinho
de
Campos

NO serêno e conspícuo jornal parisiense *Le Temps* (número de 7 de Abril de 1933) lemos uma estatística assás calamitosa do comércio exterior da vizinha Espanha. Os dados que a ilustre fôlha apresenta baseiam-se em informações oficiais do Governo espanhol e manifestam que no ano de 1932 se acentuou a decadência já revelada nos doze meses de 1931:

A importação de minérios e seus derivados baixou de 359 milhões de pesetas em 1931 para 120 milhões em 1932. A importação de produtos minerais manufacturados desceu de 148 a 48 milhões de pesetas. A de máquinas, veículos, petrechos industriais, etc., abate de 425 para 125 milhões. Em vez dos 123 milhões de pesetas de automóveis em 1931, a Espanha importou em 1932 apenas 27 milhões.

Em resumo são os seguintes os números gerais da importação e exportação espanholas nos dois anos referidos:

Total das importações em 1931, 2.447 milhões de pesetas; em 1932, 975 milhões.

Total das exportações em 1931, 2.456 milhões de pesetas; em 1932, 742 milhões.

O jornal parisiense apresenta sêcamente estes números, cuja eloquência não precisa com efeito de grandes comentários: é, de um ano para outro, o deperecimento da vitalidade económica da Espanha, na terrível proporção de dois terços.

Por muito que amemos a liberdade e a democracia, temos de concordar com o Senso-Comum que êsses privilégios, aliás cada vez mais difíceis de manter num mundo e num tempo teimosamente oscilantes entre leninismo e fascismo, são talvez caros de mais por tal preço.

Mas, afinal, ¿ gozará a Espanha da liberdade e da democracia? Os factos dizem que a imprensa de opposição se encontra ali estreitamente amordaçada; que o menor acêno de discordância é castigado com multas pesadíssimas; que as cadeias regorgitam de prisioneiros de tôdas as côres políticas; e que a autoridade não se en-

saia para queimar vivos os revolucionários mais insofridos.

A terrível situação económica da Espanha mostra-nos aonde pode levar a sobreposição das discórdias ou desordens cívicas à crise industrial e comercial de que todo o mundo padece nesta hora incerta; e o panorama actual da Europa aí está, para nos revelar o que seja a vida moral ou material das nações onde reina ainda a paz interna, superficial ou profunda.

Ruménia e Grécia não pagam há um ano os vencimentos dos seus funcionários públicos e, para obterem algum dinheiro com que atamancuem a miserável vida do Estado, mendigam dinheiro a torto e a direito, em Genebra e alhures, e aviltam-se, em troca, a ponto de aceitarem as fórmulas mais crassas de fiscalização estrangeira, que lhes impõem os prestamistas cautelosos.

A rica e ajuízada Holanda, essa mesma se debate na quási paralização do seu negócio tão próspero outrora: os seus produtos coloniais não encontram compradores bastantes e assim deffnam ali a navegação e o comércio. A única riqueza da Holanda actual é a calma com que está esperando melhores tempos.

O Congo Belga faliu por muitos anos e tão desastrosamente, que já se tem discutido a sério em Bruxelas a conveniência de o abandonar.

A situação moral, económica e política da França está bem definida por esta observação do ex-ministro Flandin: «O Estado deixou de ser a imagem da soberania dos cidadãos, desde que o sindicalismo se interpôs entre o indivíduo e o Estado, como outrora o feudalismo entre o povo e o rei. Assim se chegou à contradição que vemos: na sua actividade profissional os Franceses tornam-se cada vez mais sindicalistas; ao passo que, na sua capacidade de contribuintes, de dia para dia sentem mais duramente a opressão dos sindicatos que exploram o Estado. . . » Isto é pura e simplesmente autofagia. Já veremos quanto tempo é possível que uma nação persista no divertimento ou no disparate de se devorar a si própria, estancando as suas fontes de riqueza em benefício de uma burocracia disfarçada ou retinta. O que tem salvo a França até agora é o ser, como nós, um povo económico, sóbrio e de vida simples; mas lá virá o dia em que nem essas virtudes lhe poderão valer contra os vícios de uma política destrutiva e de uma economia suicida.

Não será de-certo para a Alemanha, para a

I — Angola, como consumidora da produção metropolitana

EVIDENTEMENTE a Colónia deve consumir da Metrópole todos os productos de que necessita e que esta lhe possa fornecer; é necessário que a União Económica entre a Metrópole e a Colónia seja cada vez mais íntima, tanto como é a União Política.

Se todos nós, colonos, não podemos conceber qualquer enfraquecimento na União Política, devemos empregar os nossos esforços — conjugados com os dos produtores metropolitanos — no sentido de que a União Económica corresponda inteiramente aos nossos sentimentos patrióticos nunca desmentidos.

Num trabalho prático, como este que podemos apresentar-vos, julgamos dispensados floreos preâmbulos e reduziremos ao mínimo citações de números que são perfeitamente conhecidos por aqueles a quem interessa este assunto.

Verificado está que apesar do patriotismo dos colonos, de que não é lícito duvidar-se, a Colónia tem, durante largos períodos, consumido manufacturas e productos que bem podiam ser fornecidos pelo nosso País; d'este facto não cabe qualquer culpa aos colonos.

As pautas aduaneiras decretadas em 14 e 25 de Maio de 1891 não obedeceram só ao objectivo de proteger a indústria e produção Provincial a que Sua Excelência o Senhor Ministro das Colónias faz referência no relatório que antecede o Decreto 19.775; elas tiveram principalmente o objectivo de proteger fortemente a produção e indústria Metropolitana e assim estabelecerem forte protecção à Navegação, Indústria e produção Nacional, sujeitando-se os colonos a uma vida imensamente mais cara. Nessa época, porém, os lucros eram grandes e a concor-

rência das Colónias limitrofes quasi nula; contava o illustre legislador das pautas citadas que os Industriais nacionais, aos quais se entregava um mercado deveras importante, aproveitassem as vantagens que lhes foram concedidas, melhorando os processos de fabrico, embaratecendo a produção, conseguindo por esta forma que cessassem, em Angola, as importações similares do estrangeiro.

Quanto à Colónia, os efeitos fizeram-se sentir: os preços subiram, a vida tornou-se mais cara, (o que deu origem a reclamações) o gentio que vinha das Colónias limitrofes a Benguela e Catumbela, negociar, trazendo marfim, borracha de primeira qualidade e até algum cobre, (este embora em quantidade insignificante) abandonou estas praças comerciais e dirigiu-se a outras onde obtinha mais baratas e melhores mercadorias. A influência d'este comércio, que

desapareceu, não se notou imediatamente porque as caravanas de gentios que de tão longe vinham procurar o comércio português, demoravam frequentemente mais de um ano em viagem, e, por outro lado, os importantes *stocks* das mercadorias que elles compravam, existentes em

várias casas comerciais, ainda não sobrecarregadas com os novos direitos, permitiram retardar o desaparecimento do importante comércio da borraça de primeira qualidade e marfim que naturalmente, em virtude da exploração comercial das Colónias limitrofes, viria a desaparecer muito tarde. Não nos recordamos de que então qualquer indústria se tivesse desenvolvido na Colónia, somente se desenvolveu e tornou importante a da produção do aguardente. Quanto aos efeitos das aludidas pautas sobre as indústrias da Metrópole, fornecedoras da Colónia, notou-se a progressiva subida de preços dos tecidos sem se procurar embaratecer e melhorar a produção; algumas fábricas se monta-

Intercâmbio Comercial entre a Metrópole e Angola

POR FRANCISCO XAVIER DE CASTRO

Itália ou para a Rússia que há-de fugir quem na sua terra se sinta sequioso de democracia ou liberdade; e também não parece que o despotismo se manifeste em qualquer desses países como clima ideal da Economia.

Hitler reedita no século XX o nosso D. Manuel o Venturoso, que no XVI expulsou os Judeus, arruinando matetialmente a vida portuguesa. Staline fusila em massa e sem processo para colorir com sangue o malôgro fatal das suas quimeras de americanização instantânea da Rússia. Mussolini desterra para os chamados confins os que ousam cochichar contra o dogma do Feixe, e ao mesmo tempo grita ao mundo que a Itália não pode viver onde está e como é.

Se ao menos sobrenadasse a Economia onde não sossobraram ainda democracia e liberalismo, as lindas fadas que se nos debruçavam sobre o berço! Mas...

Se nos voltarmos para a Inglaterra, mestra antiga do bom-senso político, também não satisfaz a inteligência, nem atrai a confiança, ver o governo hesitante, o velho instinto de conservação nacional titubeando, a clássica energia do indivíduo abafada pelo apagador socializante.

Emfim: o mundo está intoxicado de venenos que parecem inevitáveis. O ideal será que se consiga uma fórmula de mítridatismo acomodaticio e cauteloso e com ela se vá resistindo menos mal, até que chegue a maré de podermos viver melhor.

ram, outras se desenvolveram, mas simultaneamente desenvolveu-se também o lucrativo comércio de intermediários — a proteção pautal dava para tudo — os intermediários compravam as produções das fábricas, vendendo-as depois ao comércio colonial, sobrecarregadas com altos lucros. Alguns houve que conseguiram estabelecer séria concorrência aos industriais, promovendo, principalmente nas províncias do Norte, o fabrico manual de tecidos que compravam aos tecelões das Aldeias por baixos preços, não olhando a qualidades e mascarando a apresentação misturando numa só peça várias qualidades, mas tendo o cuidado de que a qualidade exterior da peça fôsse a melhor e assim, enganavam os colonos compradores que, por seu turno, enganavam—às vezes inconscientemente—os indígenas, os quais só descobriam o lógro, depois de chegarem de regresso às suas terras.

Os fornecedores estrangeiros não ficaram inativos; procuraram e conseguiram conjurar os efeitos que para eles resultavam das pautas de 1892, servindo-se de meios eficazes e contra os quais não há leis que resistam: aperfeiçoaram a produção e apresentação das mercadorias, baixaram os preços, simplificaram a forma de fornecimentos tanto quanto era necessário para que os seus artigos, depois de pagos os direitos aduaneiros, ficassem ainda mais baratos do que os nacionais, e tudo isto acompanhado de intensa propaganda, apreciando *in-loco* as necessidades do mercado. Ao passo que a Colónia era frequentemente visitada pelos fabricantes estrangeiros, que devidamente estudavam as evoluções do nosso mercado, não nos recorda de, por essa época, aqui terem vindo fabricantes nacionais. Assim, a breve trecho eles conseguiram a reconquista do mercado que tinham perdido durante alguns anos, e o protec-tionismo pautal afinal só ficou pesando sobre os colonos, tornando a vida mais cara e afastando do nosso mercado o consumo de algumas das Colónias limítrofes.

E assim se caminhou até à grande guerra e efeitos por ela produzidos sobre o movimento comercial, os quais, com relação às importações, se fizeram sentir profundamente até 1925.

Foi este um período anormal que não interessa ao assunto que estamos relatando.

Entretanto, é interessante examinar estes quadros:

Importação da Colónia

	Anos					
	1922	1923	1924	1926	1927	1928
Nacional	48.660	85.449	104.399	77.342	88.897	88.764
Estrangeiro.	39.993	148.352	225.706	156.574	201.116	181.052

Importação de tecidos

	Anos					
	1923	1924	1925	1926	1927	1928
Nacional	38.147	43.546	46.897	26.146	27.117	51.653
Estrangeiro.	13.731	16.730	26.438	25.893	35.522	54.450

Claramente demonstram estes quadros que os fornecedores estrangeiros, inativos forçadamente durante o período da guerra e seus efeitos, nem por isso esqueceram o nosso mercado de Angola, ao passo que os nacionais não cuidaram de se defender pelos únicos meios eficazes: aperfeiçoamento e barateamento dos productos.

* * *

No período da grande guerra algumas indústrias se desenvolveram na Colónia, as quais necessitavam de proteção e amparo, para prosseguirem e se desenvolverem; e, para proteger as iniciativas dos colonos, o Alto Comissário Sr. Vicente Ferreira promulgou então a Diploma Legislativo n.º 746 que entrou em vigor em 1 de Julho de 1928 estabelecendo novo regime pautal. Mas além dos motivos já enunciados, as novas pautas não deixaram de estabelecer ainda mais forte protec-tionismo a favor das indústrias nacionais, ameaçadas seriamente pela concorrência estrangeira (Veja-se o quadro da importação de tecidos e note-se a progressão desde 1926) e assim a carestia da vida agravou-se ainda mais o que também influíu nos orçamentos da Colónia, por várias circunstâncias, e principalmente por terem sido aumentados os vencimentos e subsídios aos funcionários para poderem equilibrar os seus rendimentos com a maior carestia da vida. Em consequência, a situação da Colónia agravou-se e a vida dos colonos tornou-se mais precária.

Durante um certo período verificou-se retraimento nas importações dos tecidos estrangeiros, cujas percentagens foram as seguintes:

	1928	1929	1930
Nacionais	32,9 %	51 %	46 %
Estrangeiros	67,1 %	49 %	54 %

Mostra-se, assim, que em 1930 voltou a importação de tecidos estrangeiros a ser superior à Nacional.

Desde fins de 1929 os nossos industriais, porém, compreenderam que não deviam contar somente com sucessivos protec-tionismos, que embora de momento lhes conviessem, sacrificariam fortemente a Colónia e concorreriam para sermos batidos pela concorrência das Colónias limítrofes. Notou-se então o seu interesse. A Colónia foi visitada por alguns dos nossos industriais entre os quais o Sr. Manoel Caetano de Oliveira, que publicou um interessante e patriótico relatório, produzindo sensatas e justas afirmações e bradando o *Alerta* para ser ouvido e compreendido pelos seus colegas; tiveram então ocasião de comparar os seus processos com os da concorrência estrangeira e de então para cá é justo dizer-se, nota-se a sua firme vontade de aperfeiçoar os fabricos e baratear os preços. Seguindo esta orientação com firmeza e sem pensar em conseguir mais protec-tionismos, estamos convencidos de que conseguirão o seu e nosso objectivo.

Tiveram então—os que aqui vieram—ocasião de se certificar de que o nosso patriotismo não é um logar comum, pois que encontraram nos nossos

armazens, expostos à venda, tecidos similares nacionais-estrangeiros, quando é certo que aos nossos interesses comerciais convinha muito mais comercializar unicamente os estrangeiros que eram mais vendáveis, mais baratos—apezar das pautas—e davam margem para mais lucros pela sua melhor apresentação. Não resistimos a apresentar-vos o seguinte quadro demonstrativo desta afirmação:

Preço do custo e venda dos tecidos nacionais similares estrangeiros em 1929

Qualidades	Nacionais		Estrangeiros	
	Custo	Venda	Custo	Venda
Cobertores de Algodão de 1 K.....	20,30	22,50	16,30	19,50
Idem, Idem, 880 Grs.....	18,30	20,50	14,16	18,00
Algodão em 27 Grs.....	3,20	3,60	3,15	3,80
Idem, em 38 Grs.....	4,30	5,00	3,90	5,00
Pintado 1 face.....	4,40	5,00	4,19	5,20
Idem, 37 2 faces.....	4,54	5,20	4,32	5,50
Idem, 38 1 face.....	5,80	6,50	5,72	6,70
Idem, 38 2 faces.....	6,10	6,80	5,97	7,00

OBSERVAÇÃO— Escolheu-se a comparação de preços de 1929 por ter sido esse o ano em que aqui vieram alguns dos nossos industriais. Procuramos tecidos similares, se bem que os estrangeiros de muito melhor apresentação.

Apezar de a venda de tecidos estrangeiros ser mais fácil e proporcionar maiores lucros, o comércio não deixou de importá-los também da Metrópole, impondo-os ao consumo. Alguns armazens só vendiam tecidos estrangeiros àqueles que em igual, ou maior quantidade, também compravam tecidos similares nacionais.

A lei de 1931—Decreto 19.773—veio não só estabelecer maior diferença protecionista, mas também restrições que, em determinados artigos, vedam a importação de produtos estrangeiros. Oxalá que os produtores nacionais não adormeçam à sombra da nova proteção. Estamos agora no período de influência do citado Decreto e das inevitáveis conseqüências da carestia da vida e da falta de alguns produtos indispensáveis que a Metrópole nos não pode fornecer, como sucede por exemplo com relação a especialidades farmacêuticas, algumas das quais insubstituíveis e necessárias para a saúde dos colonos, umas já atingiram preços inoportáveis, outras faltam em absoluto. Se os produtores nacionais não prosseguirem com firmeza no procedimento que ultimamente vinham adoptando, cuidando que depois do Decreto 19.773 virá ainda outro e outro, tantos quantos forem precisos, estamos convencidos de que os estrangeiros não ficarão inativos e virão sempre concorrer, servindo-se até das Colónias limitrofes para introduzir as suas mercadorias.

A política de proteção pautal é justa e necessária, mas tem os seus limites que nos parecem ultrapassados, devendo pensar-se em a reduzir progressivamente, para que os colonos possam ter uma vida menos precária e para impedir a inevitável concorrência das Colónias limitrofes, cuja importância é maior do que geralmente se supõe, e cujo perigo não se consegue evitar com a fiscalização das fronteiras

terrestres, não só porque a perfeita fiscalização seria imensamente cara, e nem assim seria eficaz, mas também porque o indígena acossado pelos preços elevados, emigra para além fronteiras e, assim, o resultado será o despovoamento da Colónia, principalmente nas regiões mais próximas das fronteiras, perigo este que deve ser objecto do nosso maior cuidado.

Estamos convencidos de que o aperfeiçoamento e barateamento da produção nacional são os factores principais para que a Colónia consuma da Metrópole tudo quanto esta possa fornecer-lhe e, até, para que a Colónia possa introduzir *algumas das Colónias limitrofes produtos nacionais; aumentando-se o consumo; e que assim pode proceder-se citamos um exemplo:*

Durante muitos anos não era possível importar-se o cimento nacional—em 1929 importamos 11.677 toneladas, e para esta quantidade sómente concorreram 154 toneladas de cimento nacional—porque este custava mais cerca de 50%; agora, naturalmente devido a um esforço inteligente, o cimento nacional de qualidade igual ou superior ao estrangeiro custa menos do que este custava, mesmo antes do Decreto 19.773. É assim que, eficazmente, se conquista o mercado.

* * *

A Colónia é já grande consumidora de vinhos, mas se fôr possível baratear as despesas que os sobrecarregam, o consumo aumentará consideravelmente e os indígenas fabricarão menos bebidas fermentadas, nocivas à sua saúde. As despesas que sobrecarregam o vinho de Lisboa até ao litoral (Benguela) são as seguintes:

Por barril de 100 litros

Frete ao vapor e descarga.....	47,54
Direitos alfandegários.....	62,00
	109,54

O montante das despesas até ao litoral é, pois, de cerca de 90% sobre o custo do vinho; se fizermos o cálculo até Huambo, teremos de aumentar o custo do frete ao Caminho de Ferro que é de 51,30, e assim fica a despesa elevada à enorme percentagem de 135% sobre o custo. Conseguindo baixar as despesas, o consumo aumentará e inversamente diminuirá o consumo de bebidas fermentadas.

Referimo-nos nesta memória principalmente a tecidos, porque é sobre eles que o consumo de produtos similares estrangeiros mais se faz sentir.

CONCLUSÕES:

1.^a— A Colónia deve importar da Metrópole tudo quanto esta possa fornecer, para o que os produtores metropolitanos deverão aperfeiçoar os produtos, baixar preços e conseguir baixa no custo das despesas.

2.^a— A política protecionista excedeu os limites razoáveis, devendo pensar-se em progressiva redução.

3.^a— Não deve ser restringida a importação, na Colónia, de produtos estrangeiros que a Metrópole não possa fornecer.

II—A Metrópole, como consumidora da produção da Colónia

Se a Colónia deve empenhar-se em consumir todos os produtos que a Metrópole possa fornecer, com maior razão, ainda, devem ser consumidos pela Metrópole todos os produtos que a Colónia possa fornecer-lhe.

As possibilidades de consumo dos nossos produtos na Metrópole são muito importantes, havendo margem para grande desenvolvimento de produção na Colónia, que, assim, poderá concorrer para cobrir um parte do *déficit* da balança comercial do País.

Segundo a Excelente revista «Portugal Colonial», em 1931, a Metrópole importou do estrangeiro os seguintes produtos que as Colónias poderiam fornecer:

	Contos	
Algodão em caroço, rama e cardado.....	81.274	
Algodão em fio.....	9.673	»
Lã.....	12.052	»
Gado vacum.....	3.380	»
Couros.....	7.588	»
Linho.....	1.248	»
Madeiras.....	7.420	»
Sementes oleaginosas.....	42.440	»
Óleo de palma em bruto.....	7.202	»
Seda (fio).....	15.146	»
Arroz.....	29.677	»
Cereais.....	3.714	»
Feijão.....	1.309	»
Trigo em grão.....	47.597	»
Chá.....	19.097	»
Café.....	4.956	»
Tabaco.....	25.029	»
Adubos.....	4.912	»
Total.....	323.694	

Dos produtos exportados da Colónia para a Metrópole, somente o milho cobre o *déficit* que ainda há poucos anos necessitava importar do estrangeiro.

Em 1930, e também em 1931, Angola forneceu algum gado bovino, mas ainda assim a importação de gado do estrangeiro foi de cerca de 3.600 cabeças. Este *déficit* poderia, pelo menos em parte, ter sido coberto pela Colónia, mas tal não se conseguiu, porque, em vez de ter sido acolhida com carinho e entusiasmo a nossa exportação de gados, apreciando-se e encorajando o esforço dos colonos, sucedeu precisamente o contrário:—foi recebida agressivamente, levantando-se uma campanha formidável, descredenciando-se o gado de Angola e, assim se desanimaram os nossos exportadores, não só pelas dificuldades criadas por tal campanha, como pelos entraves de toda a ordem que foram postos em prática.

Nós sabemos quanto esforço foi dispendido e enormes sacrifícios a que se sujeitaram os exportadores que, afinal, procurando obter um lucro legítimo, simultaneamente concorriam para o bem da Colónia e do nosso País. Entretanto, a Metrópole importou, do estrangeiro, cerca de 3.600 cabeças, como atroz se disse.

A nossa exportação de milho, como dissemos, cobre e excede o *déficit* da produção metropolitana. Infelizmente, já por vezes tem sido alvo de campanhas de descrédito, que mais foram avolumadas, naturalmente, por aqueles que tiveram de baixar os preços perante a concorrência do nosso milho, o que não lhes permitiu realizar maiores lucros (mas beneficiou o País, promovendo a baixa de preços para o limite rasoável) e também por aqueles a quem con-

vinha que se continuasse a comprar milho ao estrangeiro.

* * *

A Metrópole importou, em 1931, trigo do estrangeiro, no valor de 47 mil contos. Está averiguado que a capacidade produtora da Colónia é considerável, e a exportação para a Metrópole poderá aumentar progressivamente, e até atingir dentro de algum tempo, a quantidade necessária para cobrir o *déficit* da Metrópole. A qualidade do nosso trigo é excelente, igual às melhores qualidades que concorrem aos mercados mundiais. Entretanto, as despesas de transporte, desde os locais da produção, oneram consideravelmente o produto, sendo necessário baixá-las. É preciso que haja confiança e a certeza de que, quando a nossa exportação seja considerável, sejam impossíveis as campanhas de descrédito que hão-de surgir, por parte daqueles que auferem grandes lucros, importando do estrangeiro.

Mas, salvo o devido respeito, a confiança fica abalada perante projectos de Lei como o daquele Diploma que—diz-se—vai ser promulgado pela pasta da Agricultura cujo Art. 29.º determina que, por cada quilograma de trigo *estrangeiro ou colonial* importado no continente da República, será cobrada, para a Inspeção Técnica das Indústrias e Comércio Agrícola, uma taxa de 2 centavos em substituição da taxa em vigor, etc., etc., e perante as leis como a conhecida pela de «Defeza Económica e Intercâmbio Colonial» que cria um adicional de 20% ao qual não escapou a importação, no continente, de produtos coloniais tal qual como os estrangeiros.

Os diferenciais deveriam desaparecer, para não poder supor-se que os produtos coloniais são recebidos como os *de fora*, mas com diferenciais de favor devem estes ser substituídos por uma pauta mínima, estabelecendo direitos insignificantes muito menores do que os actuais; esses direitos deveriam até, depois de deduzida uma parte destinada a pagamento das despesas de tráfego, constituir receita da Colónia.

De resto, o algodão, arroz, feijão, óleo de palma sementes oleaginosas e peles de boi, podem em breve tempo ser exportados pela Colónia, para o abastecimento completo da Metrópole; mas é necessário organizar-se a exportação dos productos, melhorar as qualidades e que eles sejam recebidos como se fôsem produzidos no proprio Continente. Quanto mais se desenvolver a exportação da Colónia para a Metrópole, maior será a capacidade de consumo na Colónia de productos nacionais, e, assim, o esforço conjugado da Colónia e da Metrópole atingirá o objectivo de intensa e estreita União Económica.

INSTITUTO COLONIAL INTERNACIONAL

Reúne-se este mês em Lisboa o Instituto Colonial Internacional. Os colonialistas estrangeiros que nos visitam serão muito festejados devendo o acontecimento revestir o interesse e a importância que a sua categoria faz prever.

No próximo número referiremos os acontecimentos mais notáveis desta reunião.

Colonização e Desemprego

Conceitos antagónicos

Dum funcionário de Lourenço Marques e nosso assinante recebemos com pedido de publicação o seguinte artigo cuja doutrina não podemos deixar de aplaudir:

HÁ bem pouco tempo se debateu, com fervor, na imprensa metropolitana e colonial, a questão da designação mais própria a dar aos vários e vastos patrimónios que possui *Portugal*.

Queriam uns que todas essas terras portuguesas, espalhadas pelos continentes africano e asiático e banhadas pelo Atlântico, pelo Índico e pelo Pacífico, por serem muito portuguesas e estarem intimamente ligadas a terras de Portugal, por laços indissolúveis de sentimento nacional e de comunidade de interesses — fôsem chamadas *provincias de Portugal*.

Outros, não menos patriotas, que consideram as *questões coloniais* como uma *ciência* perfeitamente destacável da arte que ensina a governar os povos dentro de sociedades já constituídas e em estado de civilização adiantado, pretenderam e conseguiram, em vez de um simples *Portugal*, dividido em províncias, um *Império Colonial Português*, composto de uma *Metrópole* e oito *colónias*.

De ambos os lados se sente vibrar, com alma e vigor, o puro amor patriótico que caracteriza a raça lusitana e tem mantido inabalável, através de todas as cubias estranhas, a nacionalidade portuguesa.

Pugnavam todos, embora com modalidades diferentes, pelo engrandecimento da *causa comum*, reunidos à volta de um mesmo ideal sagrado e acolhidos sob a sombra fraterna de uma única bandeira simbolizando a grande *Pátria*.

É que a sociedade avança, avança sempre, numa ância sem fim de perfeição, num desejo veemente de acabar com o egoísmo e de sobrepor aos interesses individuais ou de uma minoria os interesses colectivos da maioria.

E assim, dentro da actual forma política, o interesse nacional não pode, nem deve, ficar prejudicado pelo interesse de uma parte constitutiva da Nação, quer ela seja província ou colónia.



As considerações que precedem sugeriram-se no nosso espírito a propósito do comício recentemente realizado em Lourenço Marques, em 20 de Fevereiro do corrente ano, no teatro Varieté, em que se resolveu instar junto do Ministério das Colónias pela promulgação de um diploma que garantisse aos filhos dos colonos, naturais ou residentes na colónia de Moçambique, *preferência absoluta* no preenchimento dos cargos do funcionalismo civil, pois que a simples preferência em *igualdade de competência e de habilitações literárias*, já concedida, acham-na pouco, visto na colónia se não ministrar instrução superior à do curso complementar dos liceus (7.º ano) e, nestas circunstâncias, os filhos dos colonos terem geral-

mente, menos habilitações que os nascidos e educados na *Metrópole*.

A resolução fundamenta-se no facto de haver milhares de creanças nas várias escolas da colónia, as quais, alguns anos volvidos, procurarão emprego, e existirem já desempregados que não encontram colocação.

Ora, preguntamos nós:

A colónia de Moçambique deixou de ser colónia, na acepção científica que este termo deve ser tomado?

O problema do futuro da população infantil de Moçambique fica resolvido com a concessão dessa preferência *absoluta* solicitada pelo comício?

As respostas não podem deixar de ser negativas.

Com efeito, se Moçambique ainda é uma colónia, *que necessita de ser colonizada*, com uma área de 760.000 quilómetros quadrados, e uma população de cerca de 4 milhões de habitantes, dos quais só 18.000 são de raça branca, o que representa uma densidade de população de 5,26 almas por cada quilómetro quadrado, incluindo este número a ínfima fracção de 0,024 brancos, imagem nítida e convincente de que existe ainda vastíssimo campo aberto onde pode ser empregada a actividade humana, — com que direito se pretende inibir a um português, irmão de raça, nascido na *Metrópole* ou noutra colónia, de concorrer em *igualdade de circunstâncias*, com os portugueses naturais ou residentes em Moçambique, aos cargos do funcionalismo civil?

Não, o problema do desemprego e da futura colocação da população infantil de Moçambique não pode ser resolvido com paliativos improficuos e com medidas que ofendem os direitos da maioria dos portugueses que constituem o nosso *Império Colonial*, que é uno e indissolúvel.

Em Portugal, os filhos das colónias podem concorrer aos lugares públicos com os naturais do Continente, sem que estes gozem de quaisquer preferências e, por conseguinte, a adopção de um critério diferente nas colónias, em relação aos filhos da *Metrópole*, seria bastante injusto, pelo menos por enquanto, porque muitos sacrifícios têm ainda elas que exigir à Mãe Pátria, para que se possa realizar, inteiramente, uma colonização bem portuguesa.

Se a população infantil de Moçambique é grande, se um liceu é pouco para a sua instrução, que se abram mais escolas, técnicas ou agrícolas, tantas quantas forem necessárias.

O futuro de Portugal está nas colónias — é uma verdade incontroversa. Os Governos, quaisquer que eles sejam, devem possuir uma visão ampla dos problemas a resolver. Os princípios basilares e a finalidade política da colonização portuguesa não podem nunca ser arredados para segundo plano por quem tem o dever de, nas colónias, orientar a marcha dos negócios públicos de harmonia com as directrizes traçadas pelo Governo Central.

A comissão promotora do comício disse, num

manifesto que fez distribuir, que o mesmo tinha por fim dar todo o apoio ao Governo da Colónia e ao seu Conselho, por terem resolvido promulgar um diploma, onde ficasse assegurada essa pretendida preferência absoluta.

Que o Conselho venha defender uma tal doutrina não nos admira, porque, enfim, é filha da colónia, com tôdas as suas virtudes e paixões.

Mas que seja ela perfillhada, igualmente, pelo representante do Governo Central é que não acreditamos. Sua Excelência não deve, por certo, ignorar o que sôbre as nossas apetecidas colónias de Angola e Moçambique se pensa nos bastidores da política internacional. Conhece, sem dúvida, as pretensões da Itália e da Alemanha que nos acusam de conservar essas colónias ainda num grau de aproveitamento muito primitivo, quando elas poderiam servir de vazadouro ao excesso das populações e actividades que já não cabem adentro das suas apertadas fronteiras. Sabe o perigo que poderia advir para a própria colónia quando, lá fora, fôsse conhecida uma tal medida.

Entre nós, com colónias tão grandes e ainda por explorar, em vez de nos dedicarmos aos problemas da sua colonisação, de entrarmos decididamente no campo científico do melhor aproveitamento das suas inúmeras riquezas, de tirarmos o maior partido possível da emigração voluntária de gente portuguesa, somos os primeiros a dar lenha ao inimigo, para que êle amanhã nos venha atirar à cara com êsse estendal de misérias com que se pretende justificar o diploma?

Não, não pode ser.

Temos de ser coerentes nas nossas afirmações e nos nossos actos.

Se queremos colonisar, temos de fazer uma colonisação a sério. Em Moçambique, para só falarmos nela, há, como já demonstramos espaço suficiente para o exercício de toda a actividade portuguesa que para ela se queira dirigir. Sômente, colónia mixta de exploração e povoação como é, ela não pode prosperar sem que se cuide da sua *preparação*.

A história da colonisação europeia e o segredo do desenvolvimento das modernas nações americanas parecem ser coisas ignoradas entre nós.

Diga-se, pois, abertamente, à mocidade académica de Lourenço Marques, que não é possível fazer-se colonisação com dispensa dos imprescindíveis trabalhos preparatórios, e que reclamem, por isso, dos Podêres Públicos a realização *imediate* desses trabalhos, os quais seriam, por si só, a solução mais eficaz do problema do desemprego e da futura colocação da massa infantil que ora freqüente as escolas da colónia.

Diga-se mais a essa mocidade que a falência da agricultura, aquela que será a base e o sustento dos pequenos núcleos de colonos a fixar nas faixas mais saudáveis de Moçambique, tem sido deslealmente apregoada pelos *grandes agricultores*, que contam em tais colonos uma formidável concorrência e têm, por isso, obstado, servindo-se da influência de que dispõem, conseqüente da qualidade de ser rico e mais antigo, a que se adoptem na colónia, com prudência e ponderação, medidas radicais de protecção e assistência técnica, material e moral aos *pequenos agricultores*.

O primeiro período da colonisação de Moçambique, em que a *ância do lucro e da aquisição* da

riqueza tudo domina, em que só os que conseguem tornar-se ricos são os mais poderosos e hábeis, deve-se considerar já passado. Os velhos colonos, que foram sem dúvida os melhores peoneiros da nossa colonisação, acostumados à importância que se lhes ligava antigamente por serem os mais prósperos, não vêem com bons olhos a passagem das coisas para a segunda fase da colonisação: o desaparecimento da aventura e a aplicação dos métodos científico-racionais na resolução dos problemas de carácter administrativo, sem o abuso das chamadas *medidas oportunistas*.

Diga-se, enfim, também, a toda essa mocidade de Moçambique, que Portugal é, talvez de entre todas, a potência colonial mais liberal e justa sob o aspecto de que estamos a tratar. Não há nas nossas colónias quadros de funcionalismo civil exclusivamente recrutado na Metrópole e separados dos quadros de funcionalismo recrutado na própria colónia, como existem em algumas colónias estrangeiras.

Todos os portugueses são tratados como irmãos, com iguais direitos e mesmos deveres.

A Escola Superior Colonial, causadora de tantos engulhos, não é uma escola da Metrópole, mas sim uma escola de todas as colónias, que apenas tem a sua sede em Lisboa. Em qualquer altura que isso se reconheça necessário e viável, poderão ser criadas, também, escolas de preparação de funcionalismo, nas colónias. Mas até lá têm elas a faculdade de enviar para a Metrópole os seus filhos, com as passagens pagas por conta do Estado e, por vezes, com um subsídio de instrução.

Lembrem-se os portugueses, colonos de Moçambique, que a sua sorte e condição é bem melhor que a dos pobres portugueses residentes na Metrópole, longe dos centros onde se ministra instrução secundária e superior e auferindo ordenados muito menores que os mais baixos ordenados ganhos em Moçambique. Também os seus filhos sofrem as conseqüências da concorrência dos naturais ou residentes em Lisboa, Coimbra ou Porto, e nem por isso êles pediram para êsses seus filhos *preferência absoluta* no preenchimento dos cargos públicos *locaes*. Preferência em *igualdade de habilitações e competência*, essa sim, todos a compreendem e já é dada aos filhos de Moçambique.

Estudantes de Lourenço Marques! Não se considerem, pois, simplesmente, filhos da colónia de Moçambique. Vós todos sois filhos do *Império Colonial Português*, que é muito mais belo e grandioso e que compreende o próprio *Portugal*.

O vosso futuro, como o futuro de todos os portugueses, está no trabalho fecundo de cada um e no devido aproveitamento das colónias. É sômente necessário que a vossa actividade e inteligência saibam aproveitar as lições da prática dos vossos pais, para com elas e com o auxílio dos modernos ensinamentos técnico-administrativos, fortificardes e engrandecerdes o *Império Colonial Português*.

Todos por um e um por todos deve ser o lema da geração do século XX.

N. R. — A doutrina dêste artigo que além doutras virtudes, tem a de ser exposta por um funcionário de Moçambique, diz claramente que nesta colónia nem todos, felizmente, comungam numa idea que, não só é contrária à unidade do Império — base e directriz da politica portuguesa — como contrária também aos próprios interesses dos colonos.

Pena é que o sr. Governador Geral não tenha notado imediata-

mente a gravidade do caso e que o sr. Procurador Geral da República, que na Colónia tem uma missão muito diferente e muito oposta à de gente separatista, tenha sido o verdadeiro autor duma proposta inaceitável, pela maneira como se conduziu no Conselho do Governo.

É muito fácil protestar contra acusações de separatismo e desagregação da Metrópole com palavras empoladas. Não é fácil manter essas palavras perante atitudes e factos que são a pura imagem dum sentimento de separação.

Temos combatido tenazmente a ideia que supõe Moçambique uma colónia desnacionalizada. Mantemos o nosso ponto de vista contra quem quer que mantenha essa ideia — mesmo quando um Procurador Geral da República parece querer dar-lhes razão. Moçambique será portuguesa e solidária com os interesses e ideais portugueses apesar de no Conselho de Governo aparecer quem levante uma ideia de puro separatismo.

O facto tem que considerar-se excepcional.

De resto o que se passou foi o seguinte: Um dos vogais, o sr. Barros Gomes, propoz que nas vagas resultantes do aumento do quadro da Fazenda passem preferencialmente colocados os actuais praticantes assalariados dos serviços de Fazenda e os indivíduos habilitados com o concurso para esse quadro.

A proposta era discutível mas nada tinha de extraordinária.

Foi o sr. Procurador Geral da República quem a aprovou, propondo a preferência absoluta nos concursos para o provimento de lugares dos quadros de serviços da Colónia para os indivíduos nela nascidos ou que nela tenham adquirido as habilitações necessárias.

Além de tudo o mais é pouco inteligente: Que diria S. Ex.^a se Angola, a Guiné, Macau, Timor, a própria Metrópole, que diria se o Alentejo, Trás-os-Montes ou o Algarve pedissem o mesmo para os seus naturais, fechando naturalmente a todos os que nasceram em Moçambique as suas portas?

Não serão em todo o território de Portugal os mesmos, os direitos para todos os portugueses? Um homem nascido em Moçambique é um português como nós que tem na Metrópole, em Angola, em Macau os mesmos direitos que nós temos. Também nós queremos ter em Moçambique os mesmos direitos que têm aqueles que lá nasceram. Sentimo-nos tão à vontade e tão em nossa casa em Moçambique como se sentem na Metrópole os que de lá vêm. Não somos — nem uns nem outros estranhos ou enteados — em qualquer ponto do território português que nos encontremos.

Isto pensa, de resto, a maioria da população de Moçambique de cujo portuguêsismo ninguém pode duvidar mesmo quando exiba o exemplo dum Procurador da República que em Conselho do Governo se atreve a propôr uma fronteira entre territórios do país em que nasceu.

Temos que considerar esse senhor uma excepção — uma lamentável excepção.

A Estabilidade Ministerial na Pasta das Colónias

UMA das grandes causas da depressão que, depois de 1820, conheceram as cousas coloniais em Portugal, foi sem dúvida a instabilidade no cargo, das pessoas que geriram os negócios do Ultramar.

É interessante lançar um golpe de vista sobre o passado e fazer uma estatística que não é só curiosa mas que dá também lugar a observações de interesse prático, entre as quais as seguintes:

1.º Houve um esboço de ressurgimento sempre que a estabilidade ministerial foi mais duradoura; 2.º Só têm uma obra interessante os ministros que tiveram tempo... para governar.

De 1820 até hoje — para não irmos mais atrás — houve 223 mudanças ministeriais na pasta por onde correram os negócios do Ultramar. Quere dizer, a média de governo de cada ministro, foi de 6 meses!

Houve ministros que apenas governaram 1 dia!

Com seis, doze e quinze dias de governo houve mais de vinte.

PORTUGAL COLONIAL

Nos anos de 1821, 1822, 1823, 1824, 1833, etc., houve quatro ministros.

Em 1837 e 1839 houve seis. Em 1920 houve oito! Governaram mais dum ano seguidamente:

José Joaquim Monteiro Tôrres (1825).....	1 ano	6 meses
Joaquim António de Magalhães (1828).....	1 ano	9 meses
Visconde de Sá da Bandeira (1838).....	1 ano	1 mês
Conde de Bomfim (1839).....	1 ano	4 meses
Joaquim José Falcão (1842).....	3 anos	7 meses
Visconde de Castelões (1849).....	1 ano	10 meses
António de Atouguia (1852).....	4 anos	1 mês
Visconde de Sá da Bandeira (1856).....	2 anos	8 meses
Carlos Bento da Silva (1860).....	1 ano	6 meses
José da Silva Mendes Leal (1862).....	2 anos	9 meses
Visconde da Praia Grande de Macau (1865)...	2 anos	4 meses
Latino Coelho (1868).....	1 ano	20 dias
João de Andrade Corvo (1872).....	2 anos	9 meses
Tomás António Ferreira (1878).....	1 ano	1 mês
Marquês de Sabugosa (1879).....	1 ano	17 dias
José de Melo Gouveia (1881).....	1 ano	1 mês
Manuel Pinheiro Chagas (1883).....	2 anos	2 meses
Ferreira do Amaral (1892).....	1 ano	1 mês
Neves Ferreira (1893).....	1 ano	11 meses
Jacinto Cândido (1895).....	1 ano	3 meses
António Eduardo Vilaça (1898).....	1 ano	10 meses
António Teixeira de Sousa (1900).....	2 anos	8 meses
Manuel Rafael Gorrão (1903).....	1 ano	8 meses
Manuel Moreira Júnior (1904).....	1 ano	4 meses
Aires de Ornelas e Vasconcelos (1906).....	1 ano	2 meses
Alfredo Rodrigues Gaspar (1922).....	1 ano	9 meses
João Belo (1926).....	1 ano	7 meses
Bacelar Bebbiano (1928).....	1 ano	3 meses
Armindo Monteiro (1931).....	2 anos	2 meses

Depois de 1910, em 69 ministérios, só 4 ministros governaram mais dum ano — e desses 4, três pertencem ao período que começa em 1926.

Desde 1820 só se mantiveram durante mais de dois anos Joaquim José Falcão, que tomou posse em 1842, António de Atouguia que tomou posse em 1852, Visconde Sá da Bandeira que tomou posse em 1856, José da Silva Mendes Leal que tomou posse em 1862, Visconde da Praia Grande de Macau que tomou posse em 1865, João de Andrade Corvo que tomou posse em 1872, Manuel Pinheiro Chagas que tomou posse em 1883, António Teixeira de Sousa que tomou posse em 1900 e Armindo Monteiro que tomou posse em 1931.

O actual ministro das Colónias é, por consequência, o *recordman* da duração depois de 1910.

Uma nota interessante, anterior a 1820: Em 1770 tomou posse Martinho de Melo e Castro que se conservou 25 anos e 7 meses no poder.

MOÇAMBIQUE

O próximo número da "Portugal Colonial" será dedicado à Colónia de Moçambique. Além das suas habituais secções esta revista publicará uma entrevista com o Sr. Ministro das Colónias e dois notáveis artigos dos nossos queridos colaboradores Engenheiro Trigo de Moraes e Dr. Francisco Vieira Machado.

Página literária

UMA lenta hora passou. Os companheiros foram despertando uns após outros, e a conversa geral restabeleceu-se, em surdina, por ordem imperiosa de Carlos, que não esquecera o fito que ali os tinha. E como até ao pôr do sol, momento provável da descida do leão, ou dos leões, ao rio, ainda faltavam pelo menos duas boas horas, e era preciso passar o tempo, o Peixoto pediu a Carlos que distraísse a assistência com uma daquelas narrativas de história de Moçambique, em que era mestre, e com as quais, nas longas horas dos acampamentos, tanta vez já entretivera os companheiros. A sugestão foi aplaudida e Carlos aquiesceu.

Fêz-se de novo silêncio, todos atentos ao que iam ouvir, e êle pôde começar:

— Ora aqui perto deste sítio por onde temos andado a bater o mato, um pouco mais a montante no Zambeze, passada a Garganta da Lupata, há um lugar de triste memória que, se vocês o vissem não dariam nada por êle, e que contudo, durante meio século, foi o baluarte mais temível de opposição e desrespeito à nossa soberania na Zambésia. Nunca ouviram falar da *aringa* de Massangano? É história velha, já esquecida, não admira que a ignorem.

— Era a *aringa* do Bonga, não era? perguntou o Mesquita.

— Exactamente; não imaginei que soubesses.

— Quem diabo foi o Bonga? perguntou logo o Braz Serzedelo.

— É o que te vou contar. Como lhes disse a *aringa* do Bonga era um pouco a montante deste sítio, na confluência do Luenha com o Zambere. O verdadeiro nome do Bonga era António Vicente da Cruz, rebento odioso do cruzamento de sangue índio e negro. A família Cruz, de que o Bonga foi o mais célebre representante, parece ter vindo da Índia, outros dizem de Macau, nos fins do século XVIII. O primeiro Cruz de que reza a história foi Joaquim Vicente da Cruz, o Bereco, o qual no começo do século XIX nos auxiliava nas guerras do Monomolapa. E logo nos atraçou. Da sua traição resultou a morte do governador dos Rios de Sena, Vilas Boas Truão, e de alguns dos seus oficiais, assassinados às mãos dos cafres. E resultou também o início do poderio, nesta Zambésia mártir, dessa malfadada família.

Foi o filho deste Bereco, Joaquim José da Cruz, o Inhaude, que instalou a *aringa* em Massangano, aí se fortificando e fortalecendo pouco a pouco, a ponto de em 1850 começar a pôr peias e embargos ao comércio do Zambeze.

Intimado pelo comandante militar de Tete a apresentar-se-lhe, mandou responder arrogantemente que não ia. O comandante militar, querendo fazer valer a sua autoridade, mandou um alferes, acompanhado por uma dúzia de soldados, prender o Inhaude. Êste, senhor da sua força, enrincheirado na *aringa*, mandou despir o alferes e os soldados e meteu-os na gargalheira, nesse lindo traje, a pilar milho. Ao fim duns dias deu-lhes a liberdade para irem contar em Tete a forma como haviam sido recebidos e se haviam desempenhado da sua missão.

Ante tal afronta organizou-se uma primeira expedição contra a *aringa* de Massangano, a qual, composta somente de tropa irregular, embora numerosa, estava destinada ao mais completo fracasso. O Inhaude opôs-lhe resistência rija, forçando os nossos a cercarem-lhe a *aringa*.

Uma noite salta fora da palissada, entra de surpresa no nosso campo, e corta à faca e à machadinha aqueles dos nossos que não puderam fugir. Estava consolidado em terras da Zambésia, como uma vergonha para Portugal, o poder da família Cruz e da gente de Massangano. E essa vergonha havia de arrastar por quâsi quarenta anos!

Segunda expedição no ano seguinte, enviada de Quelimane, destinada a insucesso que só não foi tão trágico como o da pri-

DO LIVRO

Herói Derradeiro

DE JOAQUIM PAÇO D'ARCOS

transcreve-se o

CAPÍTULO VII

as suas fazendas, vestia traje domingueiro para receber as nossas autoridades quando em vinda ou ida para Tete faziam caminho por Massangano, mas... naquelas redondezas era êle quem mandava e dos crimes que praticava não dava contas a ninguém.

¡Duma vez, por atribuir certo feitiço a pessoas de sua família mandou cortar a cabeça à maior parte das suas mulheres e à sua própria mãe!

A certa altura eram já porém tantos os crimes, que o governador de Tete se viu forçado a ir puni-lo. Marchou em princípios de 1867, com alguma tropa que tinha e muitos irregulares, sobre a *aringa* de Massangano. O Bonga, informado do que se passava, abandona a *aringa*, recolhendo-se no mato vizinho com a sua gente. Os nossos, encontrando-a abandonada, ocupam-na, convencidos da deserção do inimigo, e para festejar o feito banqueteam-se à larga e despreocupadamente. Sallam-lhes os do Bonga em cima, não escapando à mortandade nem um único europeu. E a cabeça do desventurado governador Miguel Augusto de Gouveia e a dos seus companheiros ficaram por longo tempo espeladas nos paus da *aringa* de Massangano, assinalando à navegação do Zambeze o trágico local onde fôra tão vil e ferozmente feito em estilhas o prestígio das nossas armas e da nossa soberania.

Às vezes sangrentos troféus outros semelhantes em breve se lhe foram juntando. A expedição do governador Gouveia sucederam-se a do major Guilherme Frederico de Portugal e Vasconcelos, em 68, em 69 a do major Oliveira Queiroz, e ainda nesse ano uma outra organizada com melhor preparo em Portugal e na Índia sob o comando do major Tavares de Almeida, tôdas idênticamente destroçadas pelo Bonga. Cada vez mais forte em seu poderio, o potentado mestiço ia continuando a enfeitar os paus da sua *aringa* com as cabeças dos nossos oficiais que lhe morriam às mãos.

Sangrentas, hediondas, erguidas nos paus a pique, as cabeças olhavam o rio com os olhos desmedidamente abertos. Os anos rolaram. Os portugueses sujeitaram-se àquela vergonha e não tentaram mais, durante um longo período, vingar as afrontas sofridas, o vexame, o insulto que a impunidade do Bonga representava para a Corôa.

¡A tal ponto chegou a nossa pusilanimidade que os governadores de Tete e o próprio bispo de Moçambique foram hóspedes do Bonga, que os recebia vestido com a farda que pertencera ao major Guilherme de Portugal!

O Bonga vestia-lhe a farda. ¡O tempo despir-lhe a caveira, que agora, já branca, luzidia, continuava erguida no tópo do pau mais alto da *aringa*, suspensa sobre o rio... e sobre a pátria!

Em 77 morria o Bonga, em Massangano, de morte natural, em sua cama, tranqüilamente, como já seu pai se finara, até em paz de consciência talvez.

Os seus sucessores foram sempre crescendo de arrogância e de insolência, tendo um deles, o Chatara, chegado à ousadia de oficial ao governador de Tete ¡pedindo-lhe que nomeássemos um cônsul para a *aringa* de Massangano! (1)

(1) Augusto de Castilho, Relatório da guerra da Zambésia em 1888.

Guerra aos Mosquitos

Uma senhora francesa inventa um Aspirador de Mosquitos

A luta contra os mosquitos é uma preocupação de sempre e está hoje, mais do que nunca, na ordem do dia. Há muito tempo que os homens procuram combater eficazmente estes terríveis dípteros, inoculadores de afecções várias — o impaludismo, a febre amarela, a doença do sono, etc. Os resultados, todavia, não têm sido maravilhosos até agora.

Por isso mesmo julgamos interessante assinalar a invenção de uma senhora francesa, de 25 anos, *mademoiselle* Germaine Gourdon que vive nos arredores de Paris, em Montmorency: *Um aspirador de insectos que utiliza os raios ultra-violeta, com regulação do comprimento das ondas emitidas e elioprolement magnético.*

Foi em 1903, que o pai desta senhora, Georges Gourdon, fabricou a primeira lâmpada de vapor de mercúrio em quartzo fundido.

Observemos a quem a matéria fôr estranha, que o quartzo deixa passar 95 % de raios ultra-violeta enquanto o vidro ordinário apenas é permeável a 12 %.

Notou imediatamente o sr. Gourdon que um grande número de borboletas esvoaçavam em torno da lâmpada, tendo facilmente capturado as que quiz com uma rede apropriada. No entanto, reconhecendo que esses insectos pertenciam a espécies inofensivas, não levou mais por diante os seus trabalhos. Só em 1927 retomou seriamente as experiências de captura de insectos alados depois de ter observado no Jura (França) que inúmeras borboletas de cochylis acudiam em volta das lâmpadas de quartzo, às quais ele dava nesse momento outra aplicação.

Foi então que montou em Montmorency (perto de Paris) um primeiro aparelho capturador, cuja vigilância entregou a sua filha Germaine Gourdon, enquanto ele próprio procedia a numerosas experiências nos jardins do "Office Nationale des Recherches Scientifiques, em Bellevue. Mas enquanto o pai procurava o máximo de eficácia, exagerando a emissão ultra-violeta, a filha orientava as suas pesquisas noutro sentido: a da escolha do comprimento de onda a emitir para a captura dum insecto especialmente designado.

As experiências controladas que realizou em Camargue (França) e em Massachusetts (Estados Unidos), parecem dar-lhe razão. O aparelho posto a funcionar em Saintes-Marie-de-la-Mer (França), aspirou dois quilos e meio de insectos na primeira noite, o que equivale a mais de 3 milhões de mosquitos. A captura foi controlada pelo Museu de História Natural. Em vinte e uma noites de demonstrações fiscalizadas pelos Serviços Sanitários das Docas do Ródano o aparelho destruiu cento e quarenta milhões de mosquitos ou sejam dezoito quilos e meio e em Massachusetts trinta milhões em cinco horas.

O aparelho é já correntemente usado no Brasil, Venezuela, Colômbia, Índias Inglesas, São, Rodésia, Guiné Portuguesa, etc.
Vê-lo hemos entre nós chacinando os biliões de mosquitos que infestam Angola e Moçambique?

A resistência inimiga foi pouco a pouco abrandando. Ao fim da tarde eram já raros os tiros com que respondiam à nossa fuzilaria. Como na véspera, a noite veio pôr um termo à luta. Noite escura como a anterior, que o Motontora e a maior parte dos homens que lhe restavam aproveitaram para se escapulir, em direcção ao rio. Conistou que o último irmão do Bonga conseguira fugir, numa almadia, ferido, miserável, deposto da sua grandeza, abatido no seu orgulho, j no orgulho com que nos reclamava um cônsul para Massangano!

E o facto é que nunca mais foi visto.

Na madrugada de 29, Augusto de Castilho com os governadores de Tete e de Manica e a pouco tropa branca que possuíam, Manuel António de Sousa e os seus homens, entraram finalmente na aringa. Fizeram alguns prisioneiros, mas o espectáculo que se lhes deparou foi o dos cadáveres insepultos, apodrecidos, de homens, mulheres e crianças, alguns semi-devorados pelos abutres, outros de mais recente morte, ainda em humana e contorcida atitude, olhar esgazeados fixo no céu, como o daqueles dos nossos que durante o cerco eles faziam prisioneiros e deceparam, ao clamor do batuque de guerra, ao trágico soar do *biri-biri!*

— ¡Essa é o cúmulo! comentou o Peixoto que ouvira Carlos com toda a atenção, preso ao interesse da narrativa. Tudo que se prendia à história, costumes e lendas da Zambézia tinha para ele um interesse que os companheiros não compreendiam. Ele porém compreendia Carlos e compreendia-se a si. Conhecer a história, as tradições da terra em que habitava, a que dera tantos anos da sua vida, e que sobre todas amava, parecia-lhe uma nobre ambição, a ele que na vida rude que levava nem tempo nem oportunidade tinha para se ilustrar, como Carlos fizera. Por isso o ouvira atento, mais que os companheiros. Estes porém também se tinham interessado pela exposição de Carlos, género lição de história, um pouco professoral, mas mesmo assim cheia de encanto. E o Andrade observou, sem se conter:

— Mas não houve um desfôrço, um gesto que vingasse?
De que maneira acabou o poderio dessa cáfila?

— Foi o Castilho que acabou com os Bongas, não foi? acudiu o Peixoto que o sabia de tradição oral.

— E em que época? perguntou ainda o Andrade.

— Isso já o Peixoto ignorava.

— Em 88, elucidou Carlos. Era o Augusto de Castilho governador geral da Província. Em 87 linha-se deflagrado nova guerra com os Bongas, guerra entre pretos, na qual nós também andámos metidos, se não oficialmente, mas sem termos conseguido chegar a resultado algum, visto que tudo quanto não fôsse aniquilá-los era inútil.

No ano seguinte Castilho decidiu-se a liquidar de vez aquela vergonha. E se bem o decidiu melhor o fez.

O ataque à aringa de Massangano na tarde de 27 de Novembro de 88 é uma das páginas felizes das nossas guerras da Zambézia.

— Pelos vistos a única, comentou um dos rapazes.

— Isso é que é ser injusto. Já te esqueceste do que outras vezes tens ouvido. E que sabes tu do que por cá fez o João Coutinho?

— Mas conta.

— O quê?

— Então, o que se passou na tal tarde de Novembro.

— Ah! o ataque à aringa.

O Peixoto chamou o Jim e segredou-lhe que fôsse vigiar o rio. E ouviu-se de novo a voz de Carlos, um pouco monótona talvez na quietação da tarde e do lugar:

— A guerra de 87 não chegou, como acabo de lhes dizer, a aniquilar o poderio dos Bongas. Acabada ela voltaram estes a Massangano, com toda a pólvora e armamento com que se haviam refugiado no mato. Nós tínhamos as margens do Zambeze desguarnecidas e a policia no rio era nula. Uma vez de novo instalado em Massangano, o Motontora, que era ao tempo o chefe dos rebeldes, como irmão do falecido Bonga, estabeleceu novamente o estado de guerra na Zambézia, atacando e tentando aprisionar as embarcações de comércio que cruzavam no rio.

Organizada com a guarnição de Manica, alguma tropa de caçadores de Tete e a gente do capitão-mor de Manica, o célebre Manuel António de Sousa, a expedição que havia de pôr termo definitivo ao domínio dos Bongas, iniciou-se o cerco à aringa em 7 de Setembro de 88. Dois meses e meio durou esse cerco, superiormente dirigido pelo próprio governador geral Augusto de Castilho. Mas justiça é dizer que este, com os escassos elementos que possuía nunca teria podido estripar do coração da província essa 1 lcerá que a degradava, se não tivesse contado com o auxílio incondicional que lhe prestou o poderoso capitão-mor de Manica, essa estranha e legendária figura que foi Manuel António de Sousa, e da qual, se tiver tempo, alguma coisa lhes contarei.

Os sitiados resistiram quanto puderam, e mais do que uma vez se transformaram de atacados em atacantes. Mas eram sempre pelos nossos forçados a voltar à aringa, onde a sede, a fome e a metralha de duas pequenas peças que possuíamos, os iam dizendo.

Porém a sua resistência era feroz. Já não tinham quasi que comer, já não tinham água para beber e lutavam ainda como leões.

Cercados também pela banda do rio que, nessa época de seca, corria longe da aringa, iam de noite, protegidos pelo escuro, beber a uma poça fétida, a lama que nela jazia. Mas mesmo aí, as nossas sentinelas, seus irmãos na cór, mas não no ódio, os dizimavam implacáveis.

Por fim, na madrugada célebre de 27 de Novembro, prepararam-se as nossas hostes para o assalto decisivo. Ao sinal estabelecido dum tiro de peça todos os sectores despejaram sobre a aringa inimiga a mais intensa fuzilaria. O próprio governador geral, dum miradouro alto onde se achava, entrou no combate fazendo fogo consecutivo com uma arma de precisão.

Mas a noite caiu sem que o inimigo se rendesse. Uma noite escura como breu, que tudo sepultou na mais densa treva, em lúgubre silêncio. Ao clarear a manhã seguinte já os nossos se encontravam nas mesmas posições da véspera e reencetavam com idêntico vigor o ataque interrompido.

CONDIÇÕES FLORESTAIS DA COLÓNIA

POR JÚLIO GARDÉ ALFARO CARDOSO

Engenheiro Sívicultor e Agrónomo

I

Valor do Comércio de Madeiras

Importação

Compulsando as estatísticas, verifica-se que a Colónia importou em 1927 — 8.141 toneladas de madeira, no valor de 333.412\$00, ouro, tendo esta quantidade crescido gradualmente até 1929, em que atingiu 14.551 toneladas, avaliadas em 561.905\$00, descendo já no ano transacto a 10.177 toneladas.

A média do último quinquénio é respectivamente de 10.657 toneladas e 426.646\$00, ouro.

A madeira importada destina-se especialmente a construções, predominando a "Casquinha", "Pitch-pine" e outros pinhos vindo já aparelhada em barrote, vigas, tábuas, etc.

Também a Colónia recebe alguma madeira em obra (especialmente mobília), numa média quinzenal de 2.463 toneladas no valor de 199.306\$00 e muitas travessas para linha férrea (5.438 toneladas).

São vários os países fornecedores sendo de notar que a Metrópole, sendo tão rica em pinho, só tivesse enviado nos 5 anos decorridos, em média 17 toneladas de madeira.

Importação de madeiras nos últimos 5 anos incluindo os territórios de Manica e Sofala

Ano	Quantidade Kg.	Valor (ouro)
1927.....	8.141.686	333.412\$00
1928.....	10.043.958	427.802\$00
1929.....	14.551.216	561.905\$00
1930.....	10.372.384	458.258\$00
1931.....	10.177.306	351.258\$00
Total.....	53.286.550	2.135.234\$00

Importação de madeiras nos últimos 5 anos, de Portugal, possessões portuguesas e do estrangeiro

Ano	Portugal e possessões portuguesas		Estrangeiro	
	Quantidade Kg.	Valor Esc. ouro	Quantidade Kg.	Valor Esc. ouro
1927.....	171.594	13.080\$00	1.755.625	\$1.327\$00
1928.....	302.937	6.063.00	3.189.715	120.424\$00
1929.....	70.184	3.963.00	5.585.279	178.755\$00
1930.....	73.270	3.031.00	5.278.223	174.791\$00
1931.....	279.679	5.902.00	5.956.397	189.267\$00
Total.....	897.664	32.039\$00	21.765.237	744.544\$00

Importação de madeiras em 1931

Proveniência	Quantidades Kg.	Valor Esc. ouro
Alemanha.....	25.179	3.799\$00
América.....	1.343.330	52.386\$00
Áustria.....	4.233	1.140\$00
Bélgica.....	125	127\$00
China.....	2.394	337\$00
Egipto.....	30.043	2.530\$00
Finlândia.....	1.847.009	66.064\$00
França e possessões.....	68.055	2.909\$00
Grã-Bretanha.....	956.436	95.991\$00
Austrália.....	37.468	1.878\$00
Canadá.....	285.232	11.395\$00
Índia.....	109.880	9.734\$00
Rhodésia.....	35.828	3.596\$00
Swaz. e Zululândia.....	486	57\$00
União Sul-Africana.....	307.251	54.608\$00
Zanzibar.....	480	55\$00
Outras possessões britânicas.....	768.826	13.566\$00
Holanda.....	14.026	1.539\$00
Itália.....	1.683	684\$00
Japão.....	137.466	5.494\$00
Jugoslávia.....	5.369	141\$00
Lituânia.....	27.212	723\$00
México.....	190.000	979\$00
Noruega.....	432.563	13.515\$00
Polónia.....	2.288	204\$00
Rússia.....	1.978.297	52.058\$00
Sião.....	8.950	918\$00
Suécia.....	442.823	19.135\$00

Exportação

Além de ser muito diminuta, tem decrescido, passando de 962 toneladas em 1927, no valor de 18.360\$00, ouro, a 548 toneladas, em 1931, avaliada em 16.649\$00, ouro.

A média do quinquénio é de 659 toneladas, tendo assim a Colónia um déficit de madeira no valor de 9.998 toneladas.

É a Rodésia que actualmente está importando mais madeira, mas é quasi toda fornecida pelos territórios da Companhia de Moçambique.

Da parte da Colónia administrada pelo Estado, é a vizinha União Sul Africana a principal importadora, tendo no último quinquénio recebido:

Anos	Madeira em bruto		Travessas para caminhos de ferro		Madeira em obra	
	Kg.	Valor ouro	Kg.	Valor ouro	Kg.	Valor ouro
1927...	155.306	2.436\$00	640.00	11.300\$00	17.382	506\$00
1928...	399.541	4.773\$00			7.505	1.120\$00
1929...	148.170	2.529\$00	10.00	183\$00	30.183	2.016\$00
1930...	293.143	5.558\$00			15	2\$00
1931...	196.260	2.531\$00			11.268	704\$00

Ao contrário da que é importada, a madeira que se exporta é destinada, na quasi totalidade a obra fina de marcenaria.

A União Sul Africana recebeu o ano passado 204.631 kg., só de madeira de "chanfuta" que é muito apreciada.

Para a Metrópole exporta-se alguma madeira, mas em quantidade muito inferior à de alguns estados mesmo da Europa, como se verifica pelo quadro junto, referente a 1931.

Exportação de madeiras em 1931

Países de destino	Quantidade Kg.	Valor (ouro)
Rodésia.....	3.337.216	71.776\$00
União Sul Africana.....	219.800	4.702\$00
Alemanha.....	175.265	6.877\$00
Inglaterra e outras possessões.....	120.949	5.702\$00
França.....	50.096	1.867\$00
Portugal.....	9.812	1.500\$00
América.....	1.400	315\$00
Bélgica (possessões).....	390	7900
	3.920.928	92.747\$00

Principais madeiras

É principalmente da madeira de "Aizelia Quanzensis", Welw. vulgarmente conhecida por "Chanfuta", "Sena", "Megengema", "Mussacosse" ou "Muôco", que se faz a exportação.

Esta árvore está muito disseminada pela Colónia, encontrando-se não só misturada com outras essências, como constituindo maciços, em regra pouco extensos.

Dá-se em terrenos arenosos, pouco ferruginosos. A árvore é frondosa, de 15 a 20 metros de altura, com grossas pernas, mas o tronco é pouco alto, em média tem 4 metros, com diâmetros em geral de 60 centímetros, mas chegam às vezes a mais de 1 metro. Há exemplares de onde se podem tirar tábuas de 5m x 1,30.

O bórne não é aproveitado e o cerne produz uma bonita e boa madeira de cor avermelhada, como o mogno e que escurece um pouco com o tempo. Apresenta vários tons, consoante a idade, as condições locais, a exposição ao tempo e parece que a variedade, mesmo talvez a espécie.

Tem um bonito veio, pósto que não muito irregular e com cambiantes mais escuros. Recebe muito bem o polido, o verniz e a cera. É com este último preparo que em geral escurece muito, tornando um tom castanho, quasi negroado, o que faz contraste com outras de tom amarelo-avermelhado.

É algum tanto pezada, numa média de 690 quilos por metro cúbico. Pósto que rija e resistente é fácil de trabalhar, sendo muito empregada em marcenaria. Fazem-se lindos móveis de "chanfuta", com tons variados e de muita duração, não sendo atacada com facilidade pelos insectos xilofagos.

A média da exportação de "chanfuta" no quinquénio passado, foi de 226 toneladas, sendo, como vimos, a maior parte em bruto e destinando-se ao Transvaal. Foi também exportada alguma para a Metrópole em 1927-28-30 (4 toneladas em bruto).

Outra madeira muito apreciada é a produzida pelo "Pterocarpus erinaceus", Poir. a "Ambila" ou "M'bila".

Árvore também muito espalhada pela Colónia, com altura média de 15 a 20 metros e um fuste rasoável, direito, não engrossando tanto como o antecedente, mas dando boas tábuas e travessas. A madeira é acastanhada, mas não tem o tom avermelhado da antecedente. O veio é bonito, bastante sinuoso, dando tonalidades escuras de agradável aspecto, o que torna esta madeira bastante apreciada para mobiliário. Aceita bem o verniz, o polido e a cera. É um tanto pezada e forte mas boa para trabalhar. Não é atacada pelos insectos e presta-se a construções.

Referem-se as estatísticas a uma exportação de oito toneladas. Esta exportação podia aumentar, porque é uma madeira susceptível de ser bem aceite, especialmente para trabalhos em que se usa a noqueira.

O "pau-preto", também chamado "Ébano de África", é exportado pelo distrito de Cabo Delgado, saindo em média anual 383 toneladas, avaliadas em 19.047\$00, ouro.

Provém do cerne do "Diospyros mespiliformis", Hoochst., e também de outras espécies.

Em geral aquela não é árvore grande. O seu tronco é sulcado e não engrossa muito. Encontra-se nos distritos de Tete, Moçambique, Quelimane, Niassa e principalmente no de Cabo Delgado. A madeira é preta com veios acastanhados. É odorífera, rija, pezada, tendo os mesmos caracteres do ébano verdadeiro, (Diospyros ébanum) Koenig.

Nota-se ainda na estatística alfandegária que em 1931 foram exportadas 24 toneladas de mogno. Realmente na Colónia, principalmente nos distritos do norte, existem as "Khajas" que produzem a madeira chamada "Mogno africano" ou "Acajú".

É a "Khaja" senegalensis, A. Juss, que predomina, mas o En-

genheiro agrônomo Gomes de Sousa⁽¹⁾ encontrou também a "Khaja nyasica", Stapf, e tem elementos donde deduz haverem outras. A "Khaja senegalensis", é árvore de bom porte, quer em altura quer em diâmetro. A sua madeira, conhecida no distrito de Moçambique por "M'báua" é vermelha-acastanhada, lisa, bonita e não difere muito do verdadeiro mogno.

Recebe muito bem o verniz e polimento e pósto que seja muito resistente é acção do tempo e dos insectos, não é muito rija, prestando-se muito bem a todos os trabalhos de marcenaria. É muito apreciada para mobiliário e tanto nas colónias inglesas como nas francesas, faz-se grande exportação para os países metropolitanos. Outra madeira das mais bonitas e também abundante no norte da Colónia é o "Jambire" ou "Pangire", proveniente de uma outra leguminosa o "Lonchocarpus laxiflorus" Guill e Perrot.

É árvore que atinje em média 15 metros, com bom fuste, dando boas travessas. A madeira tem o fundo castanho, com um lindo veio, muito irregular e mais escuro, às vezes quasi negro.

Em geral tem ainda uns pequenos e finos traços de cor amarelo-dourada que a tornam muito interessante. Quando polida ou encerada fica muito bonita, construindo-se lindos mobiliários. Tem o pequeno contra de ser um pouco rija o que dificulta o trabalho. É pezada e presta-se muito bem a construções, sendo muito resistente e inatacável pelos insectos.

É uma madeira que deve merecer a atenção dos exportadores, pois certamente terá boa aceitação no mercado metropolitano.

Como produtora de uma madeira leve, mas boa para marcenaria temos a "Chlorophora excelsa", Benth, syn. "Milicia africana", Sim, conhecida por "Tule", "Mucóco" ou "Mugunda".

É uma árvore também grande, com 20 a 25 metros e de bom fuste. Existe em grande parte da Colónia, mas especialmente em Inhambane e Moçambique. A madeira é amarela, escurecendo e tornando-se castanha com a idade. É muito leve, trabalha-se com facilidade, adquire um bonito polimento e fica bem quando encerada ou envernizada. É boa para marcenaria.

Como produtoras de madeira para construção, há várias essências, além de algumas das citadas.

Nos locais onde vive a formiga branca, é a resistência ao seu ataque que serve muitas vezes de principal condição para seleccionar as madeiras de construção. O mesmo já não sucede nas regiões metropolitanas, onde os coeficientes de resistência à pressão, flexão, e de elasticidade são quasi que os únicos a considerar.

Entre as madeiras boas para construção e principalmente para travessas de via férrea, temos o "Mecrusse", proveniente do "Androstachis johnstonii", Prain.

Era abundante no distrito de Moçambique, constituindo mesmo maciços puros, mas estes têm sido muito desbastados.

Fêz-se mesmo a exportação para travessas de caminho de ferro. É de tom acinzentado, fibra irregular, pezada e bastante rija. Resiste à acção do tempo e principalmente dos insectos xilofagos, bem como do "teredo navalis" e por isso é empregado em construções navais.

A "Swartzia madagascariensis", Desw, que produz o "pau ferro", ou "Nhacuada", é bastante resistente.

O "Tamarindus indica L.", disseminado principalmente em Moçambique, tem um cerne castanho, quasi preto, rijo e pode empregar-se em mobiliário.

O "Erythrophloeum guineense" Dou, conhecido em Quelimane por "Muáve" cuja madeira vermelha-acastanhada é muito rija, pesada, não sendo atacável pelas termites, pode ser utilizada em construções, estacaria, travessas de caminho de ferro, etc.

A "Acacia welwitschii", M'haia, muito abundante e dá boa estacaria. E ainda muitas outras como a "Albizia fastigiata", E. Mey "Cordyla africana", Lour, "Eugénia guineensis" (Mocurria) "Brachystegia spicaeformis" e outras "Mucarra", "M'tamba" ou "Tondo" "Excoecaria guineensis", Muel, conhecida por "Sandal africano", ou "Selingamacho", Combretum truncalum", Welw, "Heretiere litoralis" (Luabo) de cor avermelhada e se emprega em mobiliário, "Dipterocarpus", sp. (Metil), "Cinometra", sp. (Evati), "Mitragina stipulosa" (Aihamé), "Terminalia stenostachya" (Messige), "Parinarium mobola" (Nacuma), "Hymenocardia mollis" (Mecuva), "Barringtonia racemosa", Blum, (Massinhana), "Euclea" sp. Hiern, (Evigo), etc., que podem ser utilizadas em construção, marcenaria, estacaria, etc.

Conclue-se pois que a Colónia de Moçambique tem muitas e boas madeiras, que pelo menos quatro delas são tão apreciadas que se exportam mesmo para países longínquos e há outras susceptíveis de serem exportadas.

Mas se assim sucede é logicamente por as despesas de corte, licenças, transportes, seguros, etc., serem lucrativamente cobertas pela sua venda.

É sendo assim pergunta-se porque razão é tão escassa a exportação?

(Conclue no próximo número)

(1) «O género Khaja», na África Portuguesa — Boletim da Sociedade de Estudos da Colónia de Moçambique — n.º 3, Junho 1932.

DA IMPRENSA

IMPRENSA
ESTRAN-
GEIRA

TRANSA

CASA à cunha, na União Colonial no primeiro de Março. Respondo ao convite da Associação para o aperfeiçoamento do Material Colonial e da Central florestal, imensas personalidades em destaque acorreram à conferência em que o Sr. Charles Roux se propunha expor o estado actual dos carburantes vegetais.

O Conde Gabriel d'Alviella começou por traçar a biografia de Charles Roux, cujo nome equivalia a uma biografia pura e simples.

Filho do Tesoureiro geral das colónias francesas, o Sr. Roux bem cedo partiu para a Guiné e durante 10 anos, dedicou-se à prática colonial na África ocidental francesa. Previsão do adágio de que "transportar é colonizar", o conferencista depressa reconheceu a importância primordial dos transportes na valorização das Colónias e deste modo foi levado ao estudo dos carburantes de produção local. O primeiro na era heroica do automóvel introduziu na Guiné um carro e uma canoa automóvel. Em 1905 fabricava álcool dos desperdícios de bananas; em 1903 inventava o hidroplano, aplicando a este género de locomoção a tracção por meio de hélice aérea. Desde então estudou todos os aspectos coloniais e metropolitanos, dos carburantes de substituições. O Governo francês, depois de Vincennes, encarregava-o de uma missão na África ocidental e aí, dispondo de meios de fortuna, Charles Roux fabricava petróleo vegetal. O Sr. Roux tomou então a palavra e coloca a questão desde logo: Nas Colónias, o futuro está nos transportes pelas vias de comunicação e portanto no automóvel.

Neste particular é de prever que o motor de explosão venha a ser substituído pelo motor a combustão interna Diesel ou semi-Diesel. Na Europa, razões de conveniência económica e militar fazem com que os governos se preocupem em libertar-se dos produtores de petróleo estrangeiros, pela criação de um carburante nacional. As fontes abundam, mas poucas são industrialmente exploráveis. Na prática não se encontra senão a madeira e seu derivado, o carvão de madeira, e o álcool de origem agrícola. Experiências concludentes provaram as qualidades dos veículos a gasogénio. Um milhar de camions militares, 600 a 800 civis, circulam em França, actualmente. No que diz respeito aos gasogénios de transporte, o seu aparecimento pode dizer-se que teve lugar no auditório A. da Rua de Stassart.

Quando ao álcool, nas regiões em que os gelos são para temer, não pode juntar-se útilmente à essência sem a mistura de benzol. Quando a temperatura fosse muito baixa e descesse a 20º os elementos separar-se-iam se o 3.º ingrediente não desempenhasse as funções de ligação. Neste ponto as Colónias são favorecidas. A temperatura média que nelas existe é geralmente tal que se pode utilizar sem receio de perda a mistura essência-álcool e, ainda este último, não tem necessidade de ser desidratado: bastam 90º.

Os ensaios de gasogénio de resultados tão brilhantes na Europa não foram feitos em África, sem que se houvessem constatado inconvenientes. Um filtro que na Europa resiste maravilhosamente a uma temperatura de 60º, máximo das regiões europeias, fica destruído em 3 dias se é submetido a 90º, caso corrente em África. Se portanto temos de estudar os carburantes de origem vegetal, pode abstrair-se da madeira (a África é por demais desmoitada

com grandes períodos de seca, desde o Norte ao Sul) e dirigirmos as nossas atenções para as oleaginosas e produtos agrícolas.

Construiu-se agora em Kayes, Senegal, uma fábrica de tratamento do suco do sisal, até agora sem valor.

Depois da fermentação, obtem-se dele o álcool. Pode também ser obtido das mangas, bananas, óleo de amendoim, grãos de kapok e de algodão, do ricino, da purgueira, do karité e do elais.

Os óleos são utilizáveis nos Diesel ou semi-Diesel, mas os óleos produzidos pelos indígenas contêm grande soma de impurezas que constituem outros tantos perigos.

O Sr. Roux atribui ao sábio francês Mailhe a honra de ter extraído essência dos óleos vegetais primeiro que ninguém.

Permitimo-nos lembrar que antes da guerra já o Sr. Tobianski d'Althoff tinha comunicado nos meios coloniais os resultados das suas experiências.

Muito antes de 1920 viu-se na Associação do Material, essência extraída do óleo de palma.

O Sr. Roux assinala o perigo do sistema: perda de óleo por ocasião da extracção, depois, segunda perda na destilação.

Perder-se-ia 10 a 15 % do carburante contínuo.

O Sr. Roux prefere a carbonização directa da oleaginosa a *berginisation* diríamos. Nas suas experiências em Bamako ele obteve os resultados seguintes. Base: uma tonelada de oleaginosa: 1) Carvão a 2,5 % de cinza, 225 kg; Petróleo bruto: 300 a 350 kg. e gaz

utilizado no aquecimento do cracking. 2) O petróleo bruto deu essência e 35 kg. de alcatrão.

O alcatrão serve para ligar o carvão (225 kg.) para a fabricação de briquettes.

Aqui pedimos nós que nos deem explicações sobre qual a grelha do fogão em que serão empregadas essas briquettes. De ordinário verifica-se 5/6 de carvão para 1/6 de alcatrão. Em menor proporção a briquette *délète* e registam-se perdas.

O reservatório da cinza contém poeiras não consumidas. Outra pergunta: que tratamento será dado à oleaginosa para lhe fazer perder a água de mistura e mesmo de combinação, de modo a evitar toda a presença de saponificação no petróleo.

Por fim qual o custo da fabricação?

A *berginisation* directa encontrou sem dúvida um advogado de grande classe no Sr. Roux. No entanto, julgando as coisas sob um ponto de vista congolés, constatamos que:

a) A grande penetração é mais fluvial que por via terrestre isto é, que as vantagens do Diesel ou semi-Diesel são maiores, as perdas menores. (Vigilância de brancos e ausência de tropeços).

b) Os óleos podem ser entregues segundo tipos homogêneos, por intermédio de fábricas modernas onde as perdas de gorduras são praticamente eliminadas.

c) Se, para as estradas, o Diesel é talvez de emprêgo discutível ainda, pode visionar-se em certas regiões bastante afastadas do mar e produtoras de oleaginosas em sub produtos, em fábricas, a fabricação de essência e de alcoois para alimentar os motores de explosão.

d) Enfim, nós pensamos que este problema não pode ser encarado senão sob um aspecto absolutamente regional, por razões de economia cujos factores variam largamente de região para região, na mesma colónia. Na "Material Colonial", o sr. Paté apresentou um esplêndido estudo sobre este assunto.

O sr. Charles Roux marcou o seu lugar e a sua interessante conferência teve como resultados apresentar à opinião pública, este problema de futuro.

A. L.

PORTUGAL COLONIAL

COLONIAL

CREVE-SE

IMPRENSA PORTU- GUESA

O boato sobre a partilha das colónias portuguesas, lançado pela Imprensa francesa e que tanto impressionou a opinião pública entre nós, deu nova actualidade a uma questão que, por fases que leve no passado, podemos considerar alarmante ou, pelo menos, digna de maior atenção.

Embora as sóbrias e precisas declarações dos Governos de Inglaterra e da Itália devam ser consideradas motivo bastante para encarmos a situação com tranqüilidade, julgamos que nunca é demais recordar que não devemos ao favor de ninguém a posse dos nossos domínios de além-mar. Uma pessoa de especial autoridade estava indicada para falar sobre este assunto: o glorioso herói dos Dembos, brigadeiro João de Almeida, que foi um dos mais notáveis ocupadores coloniais e que, pelo seu esforço, deu à Pátria todo o sul de Angola.

Recebeu-nos de bom grado o ilustre militar. Pedimos-lhe a sua opinião. Sem hesitações e com clareza, começou:

—O perigo é velho e tem raízes muito compridas. Descoberto o Mundo, por portugueses e espanhóis, e realizado o esforço de conquista, ocupação e povoamento, as nações a quem a expansão colonial tentou, deram-se a descobrir colónias, tranqüilamente, nos gabinetes das chancelarias. O processo deu resultado muitas vezes e, à custa dele, fizeram-se alguns impérios coloniais. Pode dizer-se, que os perigos de esbulho e absorção que as nossas colónias correm, data do primeiro precedente aberto... pelos navegadores e ocupadores diplomáticos. Já quando Stanley e Livingstone descobri-

ram no centro de África territórios que os portugueses cruzavam há mais de duzentos anos, as chancelarias não perderam ocasião de lhes fabricar uma glória de iniciadores e o esquecimento para os nossos pioneiros—maneira de fabricar um argumento ou pretexto de ocupação. É muito velha a questão.

—¿Todavia, nem sempre deu resultado?

—Sim, nem sempre. Nunca deu resultado nos períodos da nossa história em que, como presentemente, o sentimento nacional está desperto e vivo, e são evidentes os sinais percussores dum ressurgimento. Deu resultado, quando as confusões e a mesquinhez da política interna nos desprenderam temporariamente do nosso rumo histórico e da nossa tradição colonial.

50 anos de inacção administrativa resgatados por 10 anos de actividade militar

E o sr. brigadeiro João de Almeida, citando exemplos, vai historiando:

—As invasões francesas do começo do século XIX, a pesar de militarmente vencidas e inutilizadas, lançaram-nos em ideologias, que quebraram a continuidade da nossa acção nacional. Não se confinando, como lódas as invasões, à ocupação territorial, embora vitoriosamente repelidas, atingiram profundamente as ideias, a política, a moral e os próprios costumes. As ideias liberais do tempo, traduzidas sem adaptação, aceites sem discernimento, dirigidas pelas paixões e não pela Razão, escavacaram o nacionalismo e a tradição histórica. Quem mais sofreu foram os territórios de Além-Mar. A metrópole, desinteressando-se delas, abandonou-as a si próprias, alterou o ritmo notabilíssimo em que se vinham desenvolvendo—permiu que vegetasse, que se atrasassem em relação à marcha que as novas nações coloniais começavam vigorosamente a empreender.

A independência do Brasil e o esquecimento do sertão africano foram conseqüências lógicas das paixões políticas em que ardía a metrópole.

PORTUGAL COLONIAL

Entretanto, desenvolviam-se na Europa as tendências coloniais e as nações mais poderosas procuravam um lugar na competição. Começava a formar-se o continente económico euro-africano, no qual uns pretendiam hegemonia e outros posições sólidas pelo menos. Todas as atenções se fixavam sobre os nossos domínios. Em todo o caso, ao partilhar-se a África, nesse período fugitivo da nossa decadência e sem que houvesse, por nossa parte, como hoje haveria, uma resistência imediata e tenaz, embora diminuídos os nossos domínios, foi-nos reconhecida a existência e o direito à posse dos territórios que conservamos.

—¿Deixaram-nos o que era indiscutível?

—Indiscutível era tudo. Levaram-nos o que bastou para saciar os apetites de momento. Todavia, é forçoso reconhecer que as maiores responsabilidades cabem àqueles que não souberam defender, como neste momento defenderíamos, o nosso território.

A DROPOSO DO BOATO

Guardar, defender, povoar

diz o herói dos Dembos,
brigadeiro João de Almeida

são os pontos capitais da nossa
acção nas províncias
ultramarinas

Transcrito de o "Diário de Notícias" de 29 de Março de 1933

mento de novas cobiças e elevou o prestígio das nossas províncias ao nível que as colónias dos países mais bem apetrechados reclamavam para si. O esbulho detem-se sempre contra a vontade decidida daqueles que não querem deixar-se esbulhar.

A infeliz substituição da palavra Províncias pela palavra Colónias

Em 1910, os republicanos ideólogos cometeram o erro tremendo de alterarem, num sentido liberal, a administração das províncias ultramarinas, mudando-lhes até o nome. Passaram a chamar-se colónias. Há palavras que, só por si, traduzem uma ideia, uma orientação e um programa. A palavra *Colónia* é dessas. Sentido, ideia, orientação e programa, sob este rótulo, nem eram portuguesas, nem nos convinhavam, nem estavam na nossa tradição.

—¿Crê que desse facto tenham resultado conseqüências graves?

—Não sei se foi deste facto que resultaram conseqüências. Verifico apenas que imediatamente as cobiças de estranhos—sobretudo as alemãs—ganham outra vez formas activas. E já não se trata de reduzir-nos mas, pura e simplesmente, de esbulhar-nos. É a paisagem de 1912.

A Grande Guerra lança-nos para um novo disparate: em lugar de a irmos fazer exclusivamente nas colónias onde os alemães nos tinham dado o pretexto e fundamento para intervir, lançando-nos sob os seus territórios e consolidando a posse dos nossos, dispersamo-nos enviando os melhores e mais bem preparados contingentes para a Europa onde a nossa colaboração, ao lado dos colossos, pouco ou nada valia. Um grande sacrifício sem o proveito que teria se o temos deslocado para a nossa terra de Além-Mar, onde estava o nosso lugar e a nossa acção se impunha. Junte a isto todos os inconvenientes de ordem económica que resultaram da quebra da nossa neutralidade na Europa e terá uma ideia sob a extensão do erro que cometemos.

(Conclue na página 21)

INFORMAÇÕES DO MUNDO COLONIAL

Crónica do mês A Divisão das Colónias Portuguesas

O acontecimento mais sensacional do mês que passou — o mais emotivo com certeza — foi o boato lançado pela imprensa francesa acerca de propósitos de divisão das Colónias portuguesas por parte do chefe do governo italiano Mussolini.

O boato, felizmente, não se confirmou e já sofreu oficialmente o natural desmentido. Dizemos, felizmente, mais pela cordealidade das relações entre Portugal e a Itália do que pelas conseqüências do projecto, se alguém nele tivesse pensado.

Nenhuma das nossas colónias é nossa por motivo de acórdos ou conluíos de chancelarias — nenhuma se conquistou na calma tranqüillidade dum gabinete de diplomatas. Não se perderão assim, também.

E o boato que correu teve esta vantagem:

Dar-nos, através da indignação unanime que levantou, da espontânea reacção com que foi acolhido, a medida exacta do estado de espirito que encontraria em Portugal qualquer tentativa de esbulho do nosso território ou qualquer atentado contra a soberania que há cinco séculos exercemos sobre as terras portuguesas de Além-Mar.

Houve, é certo, ainda não há longos anos, uma fase mórbida da nossa política interna — perfeitamente análoga àquela que outras nações atravessaram e estão atravessando, análoga à da Itália antes de Mussolini, por exemplo — em que a nossa vontade não bastava para defender o que nos pertencia.

Que esse tempo passou e que as novas gerações o repelem e condenam está provado até no facto simples e nítido de estarmos a construir um renascimento colonial e a trabalharmos para a prosperidade das nossas colónias, com resultados e segurança que não vemos em qualquer outro país colonial moderno.

Que esse tempo passou está provado na forma como foi acolhido o monstruoso boato.

Ainda bem.

Ao menos os portugueses ficaram sabendo quanto podem contar uns com os outros, acima de tôdas as paixões políticas e de todos os dissídios de interesses, perante quaisquer cobiças de extranhos.

E as grandes nações que pensam nas colónias portuguesas terão como certo que, no dia em que se propuzerem realizar, à nossa custa, as suas ambições expansionistas, têm que contar connosco — e que a empresa não será tão fácil como supõem.

As nossas colónias não se dividem — disse-o há dias, numa entrevista, o sr. brigadeiro João de Almeida — não porque as grandes potências desistam da ideia, mas por esta razão infinitamente mais simples: Porque os portugueses não querem!

E não pode de facto haver razão mais forte nem mais sólidamente alicerçada.

H. G.

Notas do mês

Associação Comercial de Luanda

Os novos corpos gerentes eleitos para o exercício do corrente ano na Associação Comercial de Luanda, foram os seguintes:

Assemblea geral: Presidente, Salvador de Figueiredo e Faro; 1.º secretário, Nicolau Augusto dos Santos; 2.º secretário, António Concha Morgado.

Direcção: Presidente, João de Sousa Machado; Vice-presidente, Guilherme Pereira Soares; 1.º secretário, Manuel Rodrigues Lagos; 2.º secretário, Vicente José da Costa; Tesoureiro, José da Silva Oliveira; Vogais, Alfredo Dias Barroço e Joaquim da Silva Pinho; Suplentes, Ivo Henriques da Conceição e António Diamantino.

Conselho fiscal: Vasco de Oliveira, Joaquim Lopes Ferreira e José Joaquim Marcelo.

A cultura do algodão

Pelos Governadores Gerais de Moçambique e Angola, foram enviados ao Ministério das Colónias, os processos relativos ao pedido de prémios de exportação de algodão. Também por uma companhia algodoeira de Angola, foi entregue ao sr. Ministro das Colónias, uma representação acerca da concessão dos referidos prémios, os quais foram há tempos criados pelo sr. dr. Armindo Monteiro, no intuito de promover nas mencionadas colónias essa cultura.

Os respectivos governadores têm igualmente procurado intensificar a cultura do algodão, facilitando tôdas as iniciativas, resultando de aí haver já pedidos de alguns hectares de terreno para a sua plantação nas duas colónias, bem como requeridas várias licenças para instalações de fábricas de descaroçamento e prensagem do algodão, e ainda o alargamento doutras fábricas nas respectivas regiões produtoras.

Pelas competentes direcções de Agricultura foram mandados fazer estudos especiais para se levar ao máximo o desenvolvimento

da referida cultura, que de futuro virá a ser uma das maiores fontes de riqueza das duas colónias.

Os objectivos desses estudos são: determinar e caracterizar as zonas algodoeiras; seleccionar, multiplicar e fixar as variedades de algodoeiro a cultivar nessas zonas; determinar os melhores métodos de cultura; identificar os inimigos e parasitas animais e vegetais, seus hospedeiros e flagelos e sua destruição, de modo a estabelecer medidas de defesa e combate adequadas; regular a preparação dos produtos, sua classificação e comércio, preparar monitores agrícolas ou práticos algodoeiros e estabelecer a propaganda e assistência baseadas nas condições técnicas e económicas, e visando o fomento algodoeiro da colónia.

Para o fim que se tem em vista, vão ser fornecidas sementes seleccionadas aos respectivos agricultores.

Comércio e indústria da pesca em Angola

O decreto n.º 22.509, agora publicado, diz o seguinte:

“O diploma legislativo n.º 283, de 10 de Dezembro de 1931, permitindo a criação e estabelecendo as bases para o funcionamento dos sindicatos de indústria e comércio de peixe na colónia de Angola, teve em vista organizar e proteger a indústria de pesca e salga de peixe, atenuando por esta forma as consequências da crise provocada pela baixa geral do valor dos produtos e pela falta de capitais necessários para a sua cuidada apresentação nos mercados consumidores.

Completando aquele diploma foi promulgada a portaria ministerial n.º 8, de 2 de Janeiro de 1932, que, entre outras medidas de protecção, atribuiu personalidade jurídica aos sindicatos e criou, na zona de influência económica dos mesmos, um imposto de 15 por cento *ad valorem*, cobrado no acto da exportação, sobre todo o peixe seco e seus derivados que não fóssem exportados por seu intermédio.

Reconhecendo-se porém que aquela taxa é insuficiente para evitar a concorrência dos exportadores não sindicalizados;

Considerando que a indústria de pesca e salga de peixe no sul de Angola constitue a principal, senão a única, fonte de receita dos importantes núcleos de população europeia fixados ao longo do litoral, impondo-se por isso medidas eficazes para o seu progressivo aperfeiçoamento e desenvolvimento;

Atendendo ao que representou o governador geral de Angola:

Usando da faculdade que me confere o n.º 2 do artigo 2.º do decreto n.º 12.740, de 26 de Novembro de 1926 por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15.351, de 9 de Abril de 1928, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições;

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º—Sobre o peixe seco e seus derivados exportados por industriais não sindicalizados dentro das áreas de influência económica dos sindicatos de indústria e comércio de peixe constituídos em Angola, é estabelecido um imposto de 40 por cento *ad valorem*, cobrado no acto da exportação, imposto que constituirá receita geral do Estado.

§ único. Fora das zonas de influência dos sindicatos referidos neste artigo é de 15 por cento *ad valorem* o imposto sobre a exportação do peixe seco e seus derivados, cobrado também no acto da exportação e constituindo igualmente receita geral do Estado.

Art. 2.º—Estes impostos só serão cobrados enquanto os preços de venda no estrangeiro não tiverem um aumento superior a 20 por cento em relação aos de Dezembro de 1932, devendo as autoridades consulares no Congo Belga informar o governador geral de Angola das oscilações que houver nesses preços.

Liquidação das dívidas das colónias à Metrópole

Sobre este assunto o *Diário do Governo* publicou o seguinte decreto:

Artigo 1.º A comissão nomeada por portarias de 27 de Dezembro de 1928 e 19 de Março de 1930 procederá no mais curto espaço de tempo possível ao estudo e apreciação, nos termos e para os fins do disposto no § 3.º do artigo 1.º do decreto n.º 18.460, de 14 de Junho de 1930, das reclamações apresentadas pelas colónias contra a liquidação das suas dívidas à Metrópole, efectuada pelo mencionado decreto, do que elaborará em seguida o competente e justificado relatório.

§ 1.º O estudo e apreciação a que se refere este artigo deverão ter em vista, fundamentalmente, os elementos de prova que acompanharem as reclamações, ou a que estas aludam ou delas se depreendam e se possam obter.

§ 2.º Para efeito da última parte do parágrafo antecedente e

do reconhecimento ou negação das reclamações por parte das estações oficiais da Metrópole interessadas devem as mesmas estações fornecer prontamente à comissão, com a qual se corresponderão por intermédio do respectivo presidente, todos os esclarecimentos e documentos, originais ou por cópia autêntica, que lhes forem solicitados.

Art. 2.º Para efeito do disposto no artigo 1.º as diferentes Repartições do Ministério das Colónias que tiverem em seu poder as reclamações ali citadas envia-las-hão imediatamente ao presidente da comissão, acompanhadas de todos os elementos de estudo ou informações que já existam e lhe digam respeito.



Tendo-se reconhecido que era impossível ainda este ano a inscrição, no Orçamento da Colónia de Timor para 1932-1933 da anuidade de 1.310.641\$04 fixada pelo Decreto n.º 18.460, de 14 de Junho de 1930, para amortização da sua dívida à Metrópole, foi publicado o decreto n.º 22.352:

Artigo 1.º A anuidade para amortização da dívida à Metrópole, a inscrever no orçamento da Colónia de Timor, referente ao ano económico 1932-1933 será de 600.000\$00.

Art. 2.º No Orçamento da Colónia para o ano económico de 1933-1934 será inscrita a verba de 2.021.282\$08 correspondente à anuidade fixada pelo decreto n.º 18.460, de 14 de Junho de 1930, acrescida da diferença paga a menos pela colónia, no actual ano económico.

As licenças gratuitas dos funcionários coloniais

O *Diário do Governo* publicou a seguinte portaria:

«Tendo-se suscitado dúvidas, sobre se as licenças gratuitas, respeitantes aos funcionários ou empregados, civis ou militares, ao serviço das colónias, naturais do continente e ilhas adjacentes, e aos abrangidos pelo artigo 82.º do decreto n.º 12.209, de 27 de Agosto de 1926, podem também ser gozadas em qualquer colónia;

Considerando que o espírito que preside à concessão dessas licenças é o de se obrigar a vir à Metrópole, não só com o fim de retemperarem a sua saúde, pelo repouso em ares pátrios, como se vê do relatório que precede o mencionado decreto n.º 12.209, mas ainda não perderem o contacto com a vida metropolitana;

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministério das Colónias, nos termos do artigo 45.º do decreto n.º 21.050, de 2 de Abril de 1932, esclarecer que as licenças gratuitas, respeitantes aos funcionários civis ou militares, ao serviço das colónias, naturais do continente e ilhas adjacentes, e aos referidos no artigo 82.º do decreto n.º 12.209, de 27 de Agosto de 1926, só podem ser gozadas no continente da República ou nas ditas ilhas, conforme os casos, nos termos expressos no artigo 1.º do decreto n.º 16.712, de 30 de Abril de 1929».

O Padrão-ouro nos territórios da Companhia de Moçambique

O *Diário do Governo* publicou o seguinte decreto, com o n.º 22.358:

Artigo 1.º—A partir desta data as notas emitidas pela caixa de emissão da Companhia de Moçambique serão convertíveis, à vista e ao portador, em escudos metropolitanos na base de 110\$00 por libra, podendo ser cobrada uma comissão até 1 por cento em cada operação realizada.

Art. 2.º—As reservas de circulação da caixa de emissão ficarão depositadas na sede do Banco de Portugal ou noutro estabelecimento bancário emissor autorizado pelo Governo e nunca serão inferiores a 80 por cento da importância das notas em circulação, calculadas ao câmbio referido no artigo 1.º A quantia equivalente a um terço da circulação, que nunca poderá computar-se em soma inferior a £ ouro 34.200, estará sempre representada em ouro-metálico, constituindo uma reserva indisponível, adstrita sempre à circulação fiduciária do território e servindo-lhe de garantia permanente.

Art. 3.º—Para o movimento resultante dos cheques e remessas, a caixa de emissão abrirá no Banco de Portugal ou num estabelecimento de crédito aprovado pelo Governo, duas contas especiais, das quais a primeira poderá ser livremente utilizada para as necessidades das transferências do território sob a administração

da Companhia de Moçambique, não ficando sujeita ao que dispõe o decreto n.º 10.071, de 6 de Setembro de 1924.

Art. 4.º—A caixa de emissão não fará qualquer operação de crédito, cumprindo-lhe apenas trocar moeda da metrópole e ouro ou moedas de qualquer país por notas ao câmbio do dia e trocar estas por saques em escudos, continuando a Companhia de Moçambique a assumir a responsabilidade por todas as operações efectuadas pela dita caixa.

Art. 5.º—Para maior facilidade das transacções poderá a Comandaria de Moçambique criar uma moeda subsidiária de \$50 e \$25, ouro, aproveitando para essa função as antigas moedas de cobre de 20 e 10 réis da metrópole devidamente contramarcadas.

Art. 6.º—Em vista da transformação do seu regime monetário fica a Companhia de Moçambique autorizada a proceder à correspondente actualização das suas receitas, com prévia aprovação, em cada caso, do ministro das Colónias.

Art. 7.º—Fica revogada a legislação em contrário, entrando o presente decreto em imediata execução.

As ex-colónias alemãs do Pacífico

Diz a Havas que em Génova a questão do futuro estatuto das ex-colónias alemãs do Pacífico sob mandato do Japão, preocupa vivamente os círculos governamentais alemães. Numa nota oficiosa, o governo alemão declara que as afirmações categóricas do Japão, segundo as quais este está disposto a continuar a exercer o mandato, revestem excepional gravidade e interessam ao mais alto ponto a Alemanha. Esta defenderá o seu ponto de vista no assunto assim que as instâncias competentes se ocuparem do problema.

Por outro lado nos círculos alemães competentes, declara-se destituída de fundamento a informação publicada pela imprensa japonesa, segundo a qual teriam começado, em 24 de Março, as negociações preliminares entre a Alemanha e o Japão, a respeito do estatuto futuro das ex-colónias alemãs do Pacífico.

A Semana Portuguesa de Vigo

Realizou-se como estava anunciado a Semana Portuguesa de Vigo nos dias 26 de Março a 2 de Abril.

A ideia que foi interessante teve a pior das realizações e transformou-se num acontecimento sem categoria—um arraial tal como o organizaria a Sociedade Inícrvel Almadense.

A Semana teve como fulcro de atracção o desafio de football Portugal—Espanha—e tudo se organizou como um negócio em volta deste acontecimento.

Tiveram as Colónias a sua representação, interessante pela realização que lhe deu a Agência Geral das Colónias e pelo interesse que esforçadamente soube suscitar, deslocaram-se a Vigo alguns intelectuais e artistas portugueses mas o que é certo é que tudo o que não foi o football passou despercebido e ignorado por toda a gente... e pelos próprios organizadores.

Segundo o ponto de vista destes a "Semana," foi um triunfo... porque os portugueses deixaram em Vigo numerosas *pesetas*.

Diversas

Vai ser publicado um decreto isentando de todos e quaisquer impostos fiscais ou taxas que não sejam os exclusivamente previstos e regulados pela legislação postal internacional, os vales e ordens postais internacionais, e também os vales e ordens postais ultramarinos uns e outros quer pagos, quer emitidos nas colónias, e também os vales e ordens postais inter-provínciaes, quer emitidos, quer pagos em qualquer colónia, ficando contudo sujeitos a esse pagamento os vales e ordens postais provinciais, em conformidade com a legislação interna de cada colónia.

► Pensa-se segundo nos consta, em substituir em algumas das nossas colónias, o imposto de palhota pelo imposto de capitação, dando-se uma percentagem da cobrança desse imposto aos régulos, o que muito lucraria o Estado, pois assim essa cobrança dará maior rendimento, visto como agora se pratica dar lugar muitas vezes ao preto esquivar-se a pagar.

► Foi assinado o decreto que adapta às colónias a reforma do processo civil publicada em Maio do ano findo, e os diplomas recentes sobre falências e insolvência dos devedores não comerciantes, e tornando também extensivas às colónias algumas disposições do decreto n.º 21.694, de 29 de Setembro de 1932, que introduziu algumas modificações àquela reforma.

S. Tomé

O governador de S. Tomé telegrafou ao Ministério das Colónias, dizendo que aquela colónia, importou em 1931: Vinhos comuns, 61.070 hectolitros, no valor de 1.527 contos; Arroz, 1.236 toneladas, no valor de 1.683 contos; Fuba, 1.337 toneladas, no valor de 1.027 contos; feijão, 1.188, no valor de 1.056 contos; milho, 1.929, no valor de 1.285 contos; peixe seco, 1.479, no valor de 1.647 contos; algodão, 48.087 quilos, no valor de 1.584 contos.

Exportação: cacau, 26.802 contos; café, 584, no valor de 2.145 contos; coconote, 3.134, no valor de 2.690 contos; óleo de palma, 633 contos; copra, 602, 722 contos; quina, 47, 124 contos; e comércio geral, 34.466 contos.

Importação em 1932: vinhos comuns, 54.991 hectolitros, no valor de 1.101 contos; arroz, 726 toneladas, no valor de 959 contos; Fuba, 566, 492 contos; feijão, 1.162, 852 contos; milho, 2.172, 1.518 contos; peixe seco, 1.430, 1.450 contos; algodão, 69.502 quilos, no valor de 2.090 contos.

Exportação: cacau, 10.518, no valor de 24.183 contos; café, 651, 3.582 contos; coconote, 3.319, 3.254 contos; copra, 832, 921 contos; óleo de palma, 839, no valor de 865 contos; banana seca, 92, 87 contos; e quina, 21, 75 contos. Comércio geral, 53.041, contos.

Angola

Vai ser publicado um decreto criando no Ministério das Colónias, uma comissão de defesa do porto e caminho de ferro do Lobito que será encarregada de tratar de todos os assuntos relativos a esse porto e caminho de ferro.

► É curioso conhecer-se qual a importância das terras concedidas em Angola a portugueses e estrangeiros. Desde 1912 até 1931, segundo *A Província de Angola*, fizeram a portugueses concessões no valor de 3.591.476 hectares, e a estrangeiros 392.000 hectares. Dêstes, os ingleses possuem 281.258 hectares. Os alemães 57.000; os belgas 15.000; os suecos 12.000; os dinamarqueses 5.451; os holandeses 4.809; os irlandeses 3.871; os noruegueses 2.571; os espanhóis 2.370; os americanos 2.015; os gregos 1.931; os italianos 800; os austríacos 700; os franceses 642 e os polacos 600.

► Vão ser anuladas as concessões de terrenos, nas colónias de Angola e de Moçambique, em povoações comerciais, que até agora não tenham sido aproveitadas.

► Um relatório publicado recentemente dá para a colónia uma totalidade de 3.600.000 cabeças de gado (bois, carneiros, cabras, cavalos e porcos).

A exportação do gado bovino tem-se intensificado muito nestes últimos anos. Em 1925 a exportação foi de 4.958 cabeças; em 1930, 7.901; em 1931, 8.937.

► O *Diário do Governo* publicou um decreto, equiparando aos liceus nacionais da metrópole, para os efeitos pedagógicos e nomeadamente para os da equivalência das habilitações nele conferidas, o Liceu Nacional da Huila.

► O sr. Ministro das Colónias determinou que fôsse feito o estudo das possibilidades de irrigação dos terrenos marginaes dos rios Bengo e Quanza, tendo o Governador Geral de Angola informado que encarregara desse estudo o engenheiro sr. Francisco Maria de Freitas, sendo o referido estudo, logo que esteja concluído, enviado para o Ministério das Colónias.

Moçambique

Vai ser publicado pela pasta das Colónias um decreto determinando que a partir da data desse diploma as notas emitidas pela Caixa de Emissão da Companhia de Moçambique sejam convertíveis à vista e ao portador em escudos metropolitanos na base de 110 escudos por libra, podendo ser cobrada em comissão até 1 por cento em cada operação realizada.

As reservas da circulação da referida caixa de emissão ficarão depositadas na sede do Banco de Portugal ou noutro estabelecimento bancário, emissor autorizado pelo Governo e nunca inferior a 80 por cento da importância das notas em circulação, calculadas ao câmbio acima indicado.

A quantia equivalente a um terço da circulação, que nunca poderá computar-se em soma inferior a 32.400 libras ouro, estará sempre representada em ouro metal, constituindo uma reserva indispensável adestrada sempre à circulação fiduciária de Tesouraria e servindo-lhe de garantia permanente.

A mencionada caixa não poderá fazer qualquer operação de crédito, cumprindo-lhe apenas trocar moeda da Metrópole e ouro ou moedas de qualquer país por notas ao câmbio do dia e trocar estas por saques em escudos, continuando a Companhia de Mo-

gambique a assumir a responsabilidade de todas as operações efectuadas pela dita caixa.

Para maior facilidade das transacções poderá a Companhia de Moçambique criar uma moeda subsidiária de 25 e de 50 centavos ouro aproveitando para essa função as antigas moedas da Metrópole devidamente contramarcadas.

Como em 1931, o valor das importações da União, através do porto de Lourenço Marques, sofreu uma grande baixa.

O ano mais próspero foi o de 1929 quando esse valor atingiu £ 6.847.000. Em 1930 a quebra foi de £ 1.278.000. Em 1931 de £ 1.000.000. Em 1932 de £ 1.284.241.

Esta quebra é devida aos baixos preços e não a uma diminuição da tonelagem. Esta tem-se conservado equilibrada.

A Companhia de Moçambique submeteu à aprovação do Governo, um projecto do Código do Registo Civil para ser pôsto em vigor nos territórios administrados pela referida Companhia, em Moçambique.

Foram mandadas ouvir as estações superiores sobre o referido projecto.

O sr. Moffart, chefe do Governo da Rodésia, pronunciou um discurso com respeito ao comércio da Rodésia pelo porto da Beira: Declara que ultimamente foram tomadas pelo Governo português, medidas que desagradam e lesam os interesses das firmas inglesas na Beira, e que a persistência por parte de Moçambique em continuar no regime do padrão-ouro está causando na Rodésia do Sul a impressão que as autoridades portuguesas da Beira estão seguindo uma política de expoliação contra a Rodésia.

O sr. Moffart afirmou que o Porto da Beira depende, quasi exclusivamente, da Rodésia do Sul e de outros territórios britânicos do "interland", e que seria portanto razoável que recebessem do Governo de Moçambique um tratamento de simpatia e toda a assistência possível. Nota que, pelo contrário, na questão tão grave como é a da moeda, o Governo de Moçambique segue uma política prejudicial para o comércio da Rodésia.

O sr. Moffart, diz mais, que um Porto, livre desta política irritante é essencial para a Rodésia, e que ela a forçar a procurar, mais cedo ou mais tarde, uma saída para o mar vantajosa.

Não disputamos (afirmou o orador) os direitos que assiste ao Governo português de seguir a política que lhe pareça mais útil aos seus próprios interesses, mas penso que semelhante política acabará por tirar ao Porto da Beira a importância de que ainda hoje disfruta como uma das principais saídas para o mar na costa africana.

Vai ser de novo regulada a concessão de terrenos na colónia de Moçambique, sendo uma das cláusulas que os terrenos postos em hasta pública no tribunal, por falta de pagamento de foros ou de contribuição predial progressiva ou vulgar, e que não obtenham licitantes na terceira praça, sejam mandados reverter para o Estado e ainda uma outra estabelece a confiscação de todos os terrenos ou povoações comerciais que, dentro de um ano, não tenham sido aproveitados em construções, parques ou jardins, assunto que vai ser também submetido à apreciação do Conselho Superior das Colónias.

Foram autorizadas as fábricas de tabaco do distrito de Lourenço Marques, a importarem tabaco em bruto para lotação num agregado de 9.700 quilos anualmente, gozando esta quantidade do benefício da taxa de direitos aduaneiros.

A Companhia de Moçambique comunicou ao Governo ter reduzido a taxa no imposto indígena, e ter passado a 2.ª classe todas as suas circunscrições, com excepção da da Beira, que continua classificada em 1.ª classe.

A Beira Works, concessionário do porto da Beira, usando da faculdade concedida em Dezembro de suspender o pagamento de juros das suas obrigações, decidiu pagar apenas 50 % do valor do cupão a vencer em 1 de Abril de 1933.

Os resultados do exercício de 1932 ainda não são conhecidos.

Índia

O Governador Geral da Índia propôs a criação naquele estado dum imposto denominado "Imposto simples", em substituição do actual imposto municipal de portagens, da contribuição do trabalho gratuito e doutros.

Este imposto será pago de uma só vez, anualmente, por todos os indivíduos do sexo masculino, dos 18 aos 50 anos, com exclusão daqueles que não tenham capacidade física para o trabalho.

O sr. Ministro das Colónias aprovou a proposta do Governador Geral da Índia extinguindo as oficinas anexas à Direcção das Obras Públicas e à navegação fluvial e criando na mesma Direcção "Officinas do Estado", tendo anexa uma Escola Profissional,

essencialmente prática competindo às oficinas a execução de todos os trabalhos requisitados pelo Estado e por particulares.

O sr. Ministro das Colónias aprovou a proposta do Governador Geral da Índia, para se manter a actual sobretaxa no imposto que incide sobre o arroz importado pela Índia, a fim de promover essa cultura naquele Estado para se evitar a drenagem de ouro para o estrangeiro.

Macau

Foi prorrogado o contracto do fornecimento da energia eléctrica à cidade de Macau, por mais de 30 anos a contar de 1 de Agosto de 1936 a 1 de Julho de 1966 e aos seus portos interior e exterior e a todos os terrenos que presentemente fazem ou venham de futuro a fazer parte da península.

A companhia concessionária é obrigada a fornecer gratuitamente energia eléctrica para 340 lâmpadas de 20 watts de circuito e a manter por sua conta todas estas lâmpadas e as restantes lâmpadas de iluminação pública serão pagas pelos preços estipulados calculados em relação a watts.

Informação Económica

As cotações médias referentes ao mês de Março, segundo informações do Banco Nacional Ultramarino, do seu correspondente em Londres, foram as seguintes:

Amendoim: África Oriental—O mercado está mais firme e o embarque imediato, para os portos opcionais, vale actualmente cerca de £ 11.7.6. cif. O embarque Maio/Junho, nas mesmas condições, vale cerca de £ 11.10.0. O mercado tende a depreciar em consequência da valorização do esterlino em relação às demais divisas.

Gergelim: África Oriental—Pouco activo, cotando-se o branco e/ou amarelo a £ 15.- por tonelada cif. portos opcionais e o Mixto a £ 12, nas mesmas condições.

Semente de algodão: África Oriental—Mercado parado, cotando-se nominalmente a 4 1/2/£ 25. por tonelada entregue fora do navio em Liverpool.

Ricino: África Oriental—Mercado irregular cotando-se o embarque Março/Abril para Antuérpia a £ 9.10.0. e £ 10.- para Hull. Cotação por tonelada cif.

Linhaça: África Oriental—Mercado pouco activo, cotando-se a tonelada cif. portos do Reino Unido a £ 8.

Mafuira: África Oriental—Os vendedores continuam retraídos em virtude dos compradores se oferecerem £ 4.10.0. por tonelada cif. Marselha que é preço demasiadamente baixo e que de modo algum poderá compensar os exportadores.

Coconote: África Oriental—Mercado quieto e com tendência irregular, cotando-se o embarque Março/Abril (vendedores) a £ 9.5.- por tonelada cif. O valor efectivo, todavia, não excede £ 9.2.6.

Oleo de palma: Mais ou menos firme, colando-se Lagos, embarque Março/Abril e Abril/Maio, a £ 15.5.-; Brandos, mesmas condições, £ 14.; Médios, para embarque (vendedores), £ 15.5. e Sherbro Vermelho £ 14. cif. Os Duros são cotados nominalmente a £ 17. por tonelada.

Sisal: África Oriental—Durante a semana o mercado manteve melhor tendência mas o número de transacções ultimadas não foi importante. O valor efectivo do n.º 1 f.a.q. embarque Março/Abril e Abril/Maio é de £ 14.7.6. a £ 14.10.0. por tonelada cif. ao passo que o n.º 2, também f.a.q. vale £ 13.17.6. a £ 14.-, nas mesmas condições.

Estopa: África Oriental—Mercado bastante firme na base de £ 11.10.- a £ 11.12.6. por tonelada de n.º 1 f.a.q. (qualidade média regular), independentemente de posição.

Algodão: África Oriental—Em consequência dos acontecimentos da última semana, os compradores mantiveram uma certa reserva donde resultou que os movimentos do mercado de Liverpool não foram importantes. O algodão desta proveniência continua a ser procurado e em especial as variedades superiores mas a existência é diminuta e portanto há pouca escolha. Fecho do mercado de Liverpool, em 15 de Março de 1933:—Médio Americano (Padrão), disponível 5.08 d; Março, 4.91; Abril, 4.90; Maio/Junho, 4.91; Julho, 4.92; Agosto, 4.93; Setembro, 4.94; Outubro, 4.96; Novembro, 4.97; Dezembro, 4.98; Janeiro, 5 d; Fevereiro, 5.003 d por lb.

Copra: Mercado mais fraco, cotando-se a FMS de Moçambique, disponível, £ 11.17.6. Straits, FMS para Rotterdam £ 12.6.3.

Filipinas FMS £ 11.7.6., Ceilão FMS, para 5 portos, embarque durante Março £ 14., FM Straits para Marselha, embarque durante Março, £ 11.6.3., Manila FM £ 11.5.-, por tonelada cif.

Borracha: Em consequência da situação financeira dos Estados Unidos da América o mercado tem estado muito parado, pouco ou nada havendo a reportar sobre os movimentos da semana. Fecho do mercado em 15 de Março de 1933:— Fôlha de borracha de plantação (Padrão) disponível 2 3/32; Abril/Junho 2 5/32; Julho/Setembro 2 7/32; e Outubro/Dezembro 2 5/16. Movimento dos portos na semana finda em 11 de Março de 1933:— Londres: importação 743 toneladas; entregas 524, existência 38.522. Liverpool: importação 107, entregas, 426, existência 53.531 contra 38.303 e 53.850 na semana anterior.

Cacau: Mercado pouco mais ou menos quieto, cotando-se S. Tomé, para embarque imediato, a 27/ cif., Superior da Baía 25/- cif., Trindade 27/- a 29/6 d, Summer Aribba 44/6 e Costa Rica \$5.25 por cwt cif.

Café: Durante a semana o mercado manteve tendência irregular sendo os leilões pouco concorridos. Superior de Santos e n.º 7 do Rio, para embarque imediato, 60/- e 53/6 por cwt c & f.

Milho: África Oriental—Há pouca actividade actualmente, cotando-se o n.º 2 branco e chato a 17/6, 17/9 e 18/- respectivamente para os embarques durante Março, Abril e Maio. Estas cotações dizem respeito ao quarter (de 480 lbs) em sacos c cif.

Informações Coloniais do Estrangeiro

De Pretoria prestam as seguintes informações à «Standard Bank of South Africa»:

O total das importações em todos os pontos da união para o mês de Fevereiro soma a quantia de £ 3.370.000. No ano passado, durante o mesmo mês, as importações foram de £ 2.681.000.

A exportação atingiu £ 6.596.000 contra £ 6.003.000 em Fevereiro de 1932. Esta cifra deve repartir-se pela seguinte forma: Mercadorias £ 2.245.000. Ouro £ 4.217.000. Diamantes £ 134.000.



Os Bancos Sul-Africanos da União reduziram a sua taxa de juros nos depósitos para 2 1/2 %.



A indústria algodoeira da União Sul-Africana, vai registar grandes benefícios devido ao abandono do padrão-ouro, e prevê um considerável aumento de produção para a próxima estação. Os preços subiram de 50 % e os cultivadores estão recebendo 6 pence por libra de algodão que ainda há pouco apenas rendia 4 pence.



A pesar de todos os esforços feitos para diminuir as despesas, o deficit do Estado livre de Orange para o ano económico que terminou em 31 de Março, foi de £ 275.000.

As receitas previstas foram de £ 1.165.160 e as despesas £ 1.440.157.



As importações da Nigéria atingiram a soma de £ 760.339 e as exportações £ 1.319.160. Os melhores clientes da Nigéria, além da Inglaterra, foram respectivamente: a França, a Alemanha e a Holanda.



Segundo um relatório oficial do Governo do Congo Belga a população indígena da colónia era ao termo de 1931 de 9.418.729 almas. Quanto à população branca, alcançava 22.482 pessoas nas quais figuravam 7.448 estrangeiros.



O orçamento de Marrocos (zona francesa) foi aprovado. As atribuições de créditos previstos dão uma ideia das obras que se

vão efectuar, para melhorar a obra de colonização começada e para diminuir os efeitos da crise actual.

Em Marrocos Oriental, 1.820.000 de francos para a construção da sede do registo predial. 200.000 francos para melhorias no liceu de Oudja. 900.000 francos para a construção dum colégio de raparigas. 360.000 francos para conclusão das obras em diversas escolas. 200.000 francos para a escola rural de Martimprey-du-Kiss. 270.000 francos para o internato rural de Berkane. 450.000 francos para as escolas muçulmanas de Oudja. 1.250.000 francos para completar as obras de assistência pública.

Livros e Publicações

O Espírito da Raça Portuguesa na sua Expansão Além-Mar por João de Almeida (2.ª edição, 7.ª milhar).

O sr. brigadeiro João de Almeida publicou agora a 2.ª edição da Conferência que com este título realizou durante a Exposição Colonial Internacional na Sociedade de Geografia de Paris. É esta edição enriquecida com uma carta da distribuição geográfica da língua portuguesa nos Séculos XVI e XX; com um mapa preciosíssimo da Península Ibérica no 1.º Milénio A. C. em que as antigas fronteiras da Lusitânia assinalam os objectivos territoriais de uma política portuguesa do presente; com o planisfério das grandes viagens dos portugueses e, finalmente, com a carta hipotética da Atlântida.

São também novos nesta edição a compilação de artigos e entrevistas concedidos pelo autor sobre a questão ibérica e uma valiosa sinopse das navegações, viagens, descobertas, expedições e conquistas dos portugueses até 1910.

Sobre o valor da obra que os elementos novos enriquecem marcando-lhe um lugar notável nos trabalhos modernos de história portuguesa, estão ditos todos os adjectivos e falam por eles, exuberantemente, o acolhimento que teve a primeira edição.

Mas há que saídar em João de Almeida esse patriotismo sempre pronto, a dedicação incedível que põe ao serviço da sua terra e uma fé sempre moça, sempre vibrante, nos seus destinos. A actividade e a energia fantásticas do ocupador, pacificador, político e administrador que ganhou para Portugal quasi metade de Angola, adquiriram novas formas e continuam a manifestar uma exuberância espantosa. Dir-se-há que em João de Almeida a *ânsia de servir*, essa qualidade suprema dos homens que têm o ideal da Pátria é também a razão suprema da sua existência.

África, Portugal Futuro, por Gilberto Marques.

O sr. dr. Gilberto Marques que viveu durante largos anos na América do Norte e se apaixonou pelos processos e pela mentalidade que valorizaram este país, sem se despegar dum amor profundo pela sua terra, publicou agora em volume, os seus trabalhos tendentes à organização da Sociedade de Colonização "Vitalia", a que já nos referimos.

Podemos discordar-se das ideias do sr. dr. Gilberto Marques. Não julgamos possível duvidar do seu entusiasmo e do patriotismo que anima as páginas deste livrinho—um livro que valeu a pena ser escrito. Seja qual for o destino dessas ideias, realizáveis ou não, revelam incontestavelmente da parte do homem que as agita conhecimentos preciosos sobre o problema da Colonização e a aquele fogo sagrado que dá aos ideólogos, a faculdade de realizar o que pensam.

La nueva colonización portuguesa, por Carmelo Viñas y Mey (Separata do n.º 93 do Boletim Geral das Colónias).

Bem anda o sr. Agente Geral das Colónias em ter publicado o magnífico artigo escrito pelo eminente economista espanhol Carmelo Viñas y Mey no n.º 106 da Revista Nacional de Economía—e esta separata em espanhol. É um testemunho insuspeito, espontaneamente prestado por um intelectual espanhol de nomeada, sobre o valor dos nossos processos coloniais e sobre a obra que nas Colónias estamos realizando.

É o seguinte o sumário do artigo:
Introdução. A) As reformas: I—Reformas económicas. II—Reformas políticas. III—A Colonização portuguesa e a Weltpolitik. IV—A ideologia colonial. B) Os factos. A obra realizada: I—Assistência Pública. II—Protecção indígena. III—Assistência sanitária. IV—A obra colonial das missões. V—O ensino—Conclusão.

É o inimigo que fala—pelo tenente sr. Mário Costa.

A propósito deste livro do sr. tenente Mário Costa dissemos de nossa justiça nestas colunas. Não se conformou o autor com a crítica e defendeu-se no nosso último número.

Não só pela consideração que o valor incontestável e pro-

vado do sr. tenente Mário Costa nos merece, como também porque estas colunas pertencem, de facto, aos nossos leitores, acolhemos a defesa e demos-lhe o maior relevo. Daríamos mesmo, lealmente as mãos à palmatória, se o illustre autor nos convencesse. Não sucede assim.

Dissemos que tínhamos como inoportuno o livro do sr. Mário Costa por referir e dar publicidade a documentos e acontecimentos que não são honrosos nem dignos do nosso Exército. Responde o nosso prezado camarada que não pretendeu fazer história mas sim fornecer elementos de estudo de guerra e subsídios para a reorganização do Exército português — não devendo esses acontecimentos ser catalogados como honrosos ou deshonrosos, dignos ou indignos. Isto em síntese que refere ambos os pontos de vista — os do sr. Mário Costa e os nossos.

Concordaríamos com o autor se ele em vez de publicar o seu trabalho, entregando-o, por consequência, ao juízo, à sensibilidade e à crítica desordenada do grande público, o tem reduzido a um relatório destinado a não passar além do exame dos técnicos, especialistas e políticos a quem tais subsídios interessavam. A ciência é feita de verdades — e toda a verdade se tem que dizer quando se quer servi-la.

O caso presente é muito outro: A intenção do sr. Mário Costa, aliás muito louvável, não previu que as cousas deste género não têm apenas o efeito duma lição — um efeito puramente intelectual. Têm também um efeito moral que não pode deixar de ser desagradável sobre todos aqueles — e são a maioria — que, do seu livro, apenas hão de recolher o desgosto, a tristeza e o desânimo que essas páginas justamente provocam.

Que a lição da guerra, nesses aspectos, por vezes trágicos, de desorganização e desorientação, tem que aproveitar, é mais do que certo e ninguém pode censurar ao sr. Mário Costa as suas intenções. Mas que é inútil e inoportuno trazer o relato de cousas que só podem diminuir a confiança e o orgulho do povo no seu exército, para o grande público, também nos parece incontestável.

E daí o ponto de vista que defendemos. Não é o trabalho do sr. Mário Costa que está mal. Pelo contrário: revela as qualidades de estudo e de método que são conhecidas no autor. O que não está certo é que o leiam olhos e cérebros incapazes de receber o efeito que o sr. tenente Mário Costa esperava alcançar.

Guardar, defender, povoar

(Conclusão da página 15)

As colónias portuguesas não se talham nem se dividem porque nós não consentimos

— Os tempos mudaram, sr. brigadeiro.

— Por isso podemos falar desassombadamente: as colónias portuguesas não se talham nem se dividem, digo-lho eu com a autoridade de quem se consumiu a contribuir para ganhá-las e com o orgulho da obra de ressurgimento que desde 1926 vimos realizando. Quem pensar nisso tem que contar connosco — não com os homens habituados a perdê-las, mas com uma geração nova disposta a seguir os homens habituados a conservá-las. E não é porque as chancelarias resolvam «sim» ou «não» — é por esta razão infinitamente mais simples: É porque os portugueses de hoje não o querem.

— ¿Que lhe parece que devamos fazer?

— Por um lado manter este magnifico espírito de patriotismo com que qualquer idea desta natureza será repelida. É fácil: está em nós, vivo e robusto.

Por outro lado prosseguir activa e denodadamente na nossa obra de ressurgimento colonial do presente e torná-la mais conhecida aos olhos de toda a Europa. Prosseguir como quem prossegue num combate que caminha bem. Temos os nossos sistemas e a nossa tradição. Quere dizer: ensinados pela história, olhemos para o futuro como homens de ideas próprias e de acção pronta. Avancemos mais energeticamente, mais denodadamente para a formação do Império novo, indivisível, totalmente integrado na Nação e na eternidade do nosso espirito.

Guardar, defender, povoar, são os pontos capitais da nossa acção: guardar, fazendo de cada núcleo português, como outrora, uma força armada sempre pronta a actuar e forte no seu espirito nacional de independência; defender, organizando e aperfeiçoando nesses núcleos os elementos defensivos; povoar à velha maneira portuguesa como no Brasil, na própria África, na Metrópole, quando descemos das margens do Douro até ao Algarve. Não são ideas de ontem nem de hoje — são de sempre. Foi dentro deste sistema que atravessámos esse fulgurantissimo período que vai de 1640 a 1668 e que atravessaremos outros em que iguais dificuldades nos surjam pela frente.

— ¿E na Europa julga necessária qualquer acção imediata?
— Apenas que se desenvolva e cresça o sentimento imperial nascente que está em marcha como um prosseguimento duma obra que já tem 500 anos e que nos dêem uma diplomacia, toda ela inteligente, de bons e rijos portugueses.

E terminando, o herói dos Dembos, exclama:

— E que esta idea entre no espirito de toda a gente: temos que contar connosco — e só connosco. Para que possamos contar muito, é preciso que valhamos muito. A própria aliança com a Inglaterra tem que ter como contra-partida um valor real e sólido da nossa parte.

Movimento de transferências

1932 e 1933

Datas	Requisições a atender (Contos)	Compromissos em vencimento (Contos)	Transferências autorizadas (Contos)
18 de Fevereiro.....	32.467	34.001	13.088
5 de Março.....	29.888	38.471	20.318
9 de Abril.....	55.635	36.882	22.685
15 de Julho.....	78.617	26.149	51.711
1 de Agosto.....	29.995	26.012	70.675
15 de Agosto.....	41.589	26.513	72.176
22 de Setembro.....	40.568	26.332	84.281
19 de Outubro.....	47.925	34.670	93.664
15 de Novembro.....	49.044	39.204	104.308
15 de Dezembro.....	51.262	40.892	113.997
15 de Janeiro.....	57.231	29.936	125.595
15 de Fevereiro.....	56.199	30.046	143.196
15 de Março.....	54.242	24.547	29.021

CAMBIOS

PRAÇAS	COMPRA	VENDA
Londres.....	109\$80	110\$10
Paris.....	1\$25,9	1\$25,7
Suiça.....	6\$16,6	6\$18,9
Bélgica.....	4\$44,7	4\$46,3
Itália.....	1\$62,9	1\$65,5
Holanda.....	12\$82,7	12\$87,3
Madrid.....	2\$69,0	2\$70,0
Nova-York.....	31\$61,9	33\$73,5
Brasil.....	2\$54,6	2\$56,8
Noruega.....	5\$61,0	5\$67,1
Suécia.....	5\$79,7	5\$86,0
Dinamarca.....	—	4\$93,9
Praga.....	\$94,8	\$95,9
Viena.....	—	3\$54,5
Berlim.....	7\$58,2	7\$61,0
Agio do ouro.....	44 0/0	—
Libras ouro.....	—	—
Ouro fino gr.....	15,02,2	—

CASA

ANIBAL TAVARES

JOIAS - PRATAS - OURO - FILIGRANAS

INDÚSTRIA NACIONAL

Comprar jóias na Casa ANIBAL TAVARES é garantir o futuro

Comprem directamente, evitem o intermediário
95, RUA DA PRATA, 97

LISBOA - PORTUGAL

Todas as encomendas são rapidamente enviadas à cobrança

ESTATÍSTICA

Índices-Números das cotações dos géneros coloniais

DESIGNAÇÃO	1914	1929	1930	1932		1933
	Julho	Índice-médio	Índice-médio	Índice-médio	Fevereiro	Fevereiro
LISBOA (cidade)	100	2.630	1.726	1.302	1.800	1.566

Do Boletim Mensal da Direcção Geral de Estatística.

Situação dos Bancos Coloniais com sede em Lisboa, em Novembro de 1932 (Valores em escudos)

BANCOS	ACTIVO				PASSIVO	
	CAIXA		Letras descontadas sobre o País e transferências	Letras a receber	Depósitos à ordem	Depósitos a prazo
	Dinheiro em cofre	Depósitos noutros bancos				
Banco de Angola (Sede).....	324.564	12.975.242	—	—	7.145.897	1.688.182
Banco do Comércio e Ultramar..	47.744	235.114	1.275.085	1.169.238	377.273	1.470.020
Banco N. Ultramarino (Sede)..	5.037.417	1.683.272	67.180.388	63.906.307	41.889.681	71.779.447

Do Boletim Mensal da Direcção Geral de Estatística.

Cotações dos géneros coloniais (Praça de Lisboa)

Géneros	Unidade	Cotações em (a)	
		1929	1933
		15 de Janeiro	15 de Fevereiro
Cacau fino.....	15 quilogr.	77\$00	39\$00
Cacau paiol.....	»	62\$00	29\$00
Cacau escolha.....	»	36\$00	19\$50
Café de S. Tomé, fino.....	»	(b) 210\$00	120\$00
Café de Novo Redondo.....	»	124\$00	(c) 80\$00
Café de Ambriz.....	»	123\$00	73\$00
Café de Encoje.....	»	116\$00	(d) 75\$00
Café do Cazengo.....	»	120\$00	74\$00
Coconote.....	»	33\$00	16\$50
Copra.....	»	42\$00	22\$00
Óleo de palma, mole.....	»	45\$00	(f) 22\$00
Rícino.....	»	27\$00	—
Gergelim.....	»	34\$00	—
Algodão.....	Quilog.	10\$00	5\$75
Cera.....	»	16\$00	—
Cola.....	»	6\$00	1\$10
Açúcar, rama.....	»	(c) 1\$70	(d) —
Milho.....	»	\$94	\$88
Coiros.....	»	15\$00	5\$80

(a) As cotações apresentadas representam a média nas datas indicadas ou na data mais próxima — (b) Cotação em 1 de Agosto de 1928 — (c) Cotação em 21 de Setembro de 1928 — (d) Não foi negociado — (e) 2.^a qualidade — (f) Em tambores.

Reexportação e trânsito de mercadorias das Colónias portuguesas por Lisboa em Novembro de 1932

MERCADORIAS	QUANTIDADES EM QUILOGRAMAS		VALOR EM ESCUDOS	
	1931	1933	1931	1933
	Dezembro	Fevereiro	Dezembro	Fevereiro
Reexportação :				
Cacau	1.146.415	1.271.939	3.198.660\$00	3.539.662\$00
Café	224.166	648.343	1.972.303\$00	2.880.812\$00
Cêra	77.603	64.869	91.170\$00	495.493\$00
Outras mercadorias	345.391	92.506	247.340\$00	290.195\$00
Total	<u>1.793.575</u>	<u>2.077.657</u>	<u>5.509.473\$00</u>	<u>7.206.162\$00</u>
Trânsito internacional :				
Cacau	—	70.272	—	190.200\$00
Café	880.798	153.168	2.608.374\$00	758.280\$00
Cêra	77.344	63.353	677.400\$00	487.600\$00
Óleos de palma e côco	—	203.605	—	275.400\$00
Outras mercadorias	194.829	395.448	524.400\$00	619.700\$00
Total	<u>1.152.971</u>	<u>885.846</u>	<u>3.810.174\$00</u>	<u>2.331.180\$00</u>

Do Boletim Mensal da Direcção Geral da Estatística.

Quantidades em quilogramas de algumas mercadorias importadas e exportadas de e para as Colónias portuguesas durante o mês de Novembro de 1932

MERCADORIAS	Angola	Cabo Verde	Guiné	Moçambique	S. Tomé e Príncipe	India, Macau e Timor
Importadas das Colónias :						
Arroz	9.890	—	1.630	—	—	—
Açúcar	2.210.983	—	—	6.514.120	—	—
Café	574.813	2.429	—	20	32.531	143
Trigo em grão	2.805.730	—	—	—	—	—
Peles em bruto	165.100	3.150	29.639	8.436	—	—
Algodão em caroço, rama ou cardado	149.401	—	—	327.635	—	5.070
Sementes oleaginosas	542.270	663.572	3.627.235	2	668.870	—
Milho	—	—	—	—	—	—
Exportadas para as Colónias :						
Vinhos do Pôrto (decalitros)	1.258	48	69	1.760	154	242
» da Madeira	504	—	—	23	—	—
» comuns tintos (decalitros)	93.816	3.121	11.819	75.037	7.554	3.281
» » brancos (decalitros)	22.107	835	2.073	49.631	1.030	288
» licorosos (decalitros)	1.051	240	57	174	10	933
Conservas de vegetais	23.601	455	2.144	31.940	1.651	4.451
Sardinhas em salmoura	692	20	—	465	—	102
Conservas de sardinha	6.914	730	1.960	25.463	1.070	685
Conservas de peixe	518	—	126	1.054	185	—
Cortiça em rolhas	58	1	20	135	22	—

Do Boletim da D. G. E.

A. Ferreira

EXIJA ao seu fornecedor a marca A. FERREIRA nas tintas de escrever, colas e lacres, ficando certo, assim, de receber produtos de primeira qualidade.

Rendimentos brutos cobrados na alfândega "O Lobito" nos últimos dois anos

	1931	1932	Diferenças para mais	Diferenças para menos
Janeiro	981.550,31	1.271.059,76	289.509,45	
Fevereiro . . .	702.377,41	870.591,23	168.213,82	
Março	873.321,21	1.092.831,74	219.510,53	
Abril	984.897,71	917.825,04		67.072,67
Maió	712.884,60	876.221,08	163.336,48	
Junho	1.264.834,95	1.099.243,46		165.591,49
Julho	992.927,62	1.268.385,03	275.457,41	
Agosto	698.752,96	1.266.903,64	567.150,68	
Setembro . . .	621.890,35	1.093.887,81	471.997,46	
Outubro	639.735,90	1.217.278,93	577.543,03	
Novembro . . .	976.351,23	1.230.763,64	254.432,41	
Dezembro . . .	1.012.558,56	1.354.099,19	341.540,63	
Total	10.462.062,81	13.558.090,55	3.328.691,90	232.664,16

Farmacia ALEXANDRE

FUNDADA EM 16 DE FEVEREIRO DE 1930

RUA DA PAZ

Sá da Bandeira (Lubango) — Angola

Director técnico e proprietário:

ANIBAL DA F. ALEXANDRE

(Farmaceutico pela Escola de Lisboa)

Venancio Guimarães & C.^a
Lubango

Filiais em Mossâmedes, Humpata e Humbe

Escritório em LISBOA — R. de S. Julião, 23, 1.º

ENDEREÇO TELEGRÁFICO: VOUGA

COMÉRCIO GERAL, AGRICULTURA, PECUÁRIA E INDÚSTRIA

Sócios-gerentes da EMPRESA CAHOLO, L.^{DA}
(Fornos de cal e moagem de cereais)

Agricultores no BENTIABA
(Fazenda Algodoeira da PUPA)

Exportadores de gado bovino e peixe seco

REPRESENTANTES NOS DISTRITOS DA HUILA E DE MOSSÂMEDES DE:

Vacuum Oil Company
Fábrica de Tabacos Ultramarina
Automóveis e camions «FORD»
Máquinas de escrever «REMINGTON»

REPRESENTANTES NO DISTRITO DA HUILA DE:

Burrell & C.º
Companhia de Seguros «TAGUS»
Lotarias de Angola

SORTES GRANDES?

SÓ A CASA

COSTA, L.^{DA}

AS VENDE

75, RUA DE S. PAULO, 77

PRIMAVERA, L.^{DA}

CAMBIO-MOEDAS-TÍTULOS E COUPONS

EXTRAÇÕES SEMAMAIS

1.º PRÉMIO

400.000\$00

BILHETES A 180\$00

FAZEI OS VOSSOS PEDIDOS À FELIZ CASA

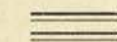
PRIMAVERA, L.^{DA}

Largo do Corpo Santo, 30

ENDEREÇO TELEGRÁFICO—CAMBIOS

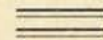
**CADERNOS
CORPORATIVOS**

REVISTA QUINZENAL
DE ECONOMIA SOCIAL



DIRECTOR

AUGUSTO DA COSTA



Redacção e Administração

Rua da Horta Seca, 7, 1.º

LISBOA